

RELATÓRIO DE

# Sustentabilidade

2016

[ esta página está intencionalmente em branco ]





# Índice

<b>1 – Mensagem do Presidente</b>	<b>6</b>
<b>2 – Perfil do relatório</b>	<b>8</b>
<b>3 – Perfil da Águas de Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>10</b>
3.1 Estratégia de sustentabilidade	11
3.2 Factos e dados chave 2016	13
3.3 A Águas de Lisboa e Vale do tejo, SA (LVT)	16
3.4 Modelo de governação e organização	19
<b>4 – Estratégia - Riscos, Partes interessadas, Impactos e oportunidades</b>	<b>28</b>
4.1 Riscos	28
4.2 Partes interessadas/ Stakeholders	30
4.3 Impactos	31
4.4 Aspectos materiais identificados e medidas	31
4.5 Oportunidades	39
<b>5 – Desempenho e Abordagem da Gestão</b>	<b>42</b>
5.1 Indicadores de desempenho económico	42
5.2 Indicadores de desempenho ambiental	46
5.3 Indicadores de desempenho social	58
Índice GRI	66





## Mensagem do Presidente

Em 2016 a Águas de Lisboa e Vale do Tejo teve a sua gestão assente em dois princípios fundamentais, concretamente na melhoria do nível do serviço ao cliente e na cultura de cooperação entre a empresa e os municípios utilizadores do sistema com vista a ultrapassar situações, anteriores à agregação, como a recuperação de saldos em dívida.

Ao nível da gestão delegada a EPAL atuou de forma a garantir a eficiência e a sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, num contributo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões da área de intervenção, da LVT. Sempre que tal se revelou possível, foi promovida a uniformização de procedimentos, entre as duas organizações, sobretudo ao nível das delegações de competências, processos administrativos, financeiros e logísticos.

Operacionalmente foi promovida a implementação das melhores práticas existentes no universo das empresas agregadas, objetivando a otimização do funcionamento das infraestruturas e a redução dos respetivos gastos de exploração, garantindo, sempre, a continuidade do serviço. Foi, ainda, efetuado um esforço, significativo, na concretização da manutenção de infraestruturas e equipamentos necessárias ao bom estado de funcionamento dos ativos afetos à concessão que, fruto das restrições financeiras e/ou das limitações em termos de gastos impostas pelos orçamentos de Estado, tinham vindo a ser, sucessivamente, adiadas.

Neste ano foi, ainda, possível levar a bom porto o ambicioso projeto de transformação da ETAR da Guia, a maior ETAR do país, na primeira instalação 100% autossustentável em energia, com enormes vantagens ambientais e económicas.

Em janeiro de 2016 a EPAL passou a exercer a exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do Oeste até à sua entrega pela LVT aos Municípios, em resultado do aditamento ao contrato para abastecimento de água ao sistema de Água e Saneamento, entre a EPAL, a AdP SGPS e a Águas do Oeste outorgado em maio de 2015.

Em dezembro de 2016 e com base no Decreto-Lei n.º 72/2016, que veio prever a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações efetuadas em 2015, realizou-se a Assembleia Geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, na qual, com o apoio unânime dos votos expressos, foi aprovada a criação das duas novas empresas, a "Águas do Tejo Atlântico" e a "Simarsul", por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que passará a chamar-se Águas do Vale do Tejo.

Já em 2017 (março) foi promulgado, pelo Presidente da República, o Decreto-Lei de constituição das novas empresas, esperando-se pois, em 2017, uma alteração relevante na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, com a cisão dos sistemas de saneamento do Tejo e Trancão, da Costa do Estoril, do Oeste e da Península de Setúbal.

José Manuel Sardinha

Presidente do Conselho de Administração





## 2 – PERFIL DO RELATÓRIO

O presente relatório da Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), publicado pelo segundo ano consecutivo, respeita ao período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016 e foi elaborado de acordo com a 4ª geração (G4) das “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade” da Global Reporting Initiative. Criada em 30 de junho de 2015, a LVT realizou em 2016 o seu primeiro exercício anual completo. Tendo em conta a dificuldade no apuramento de valores respeitantes ao ano de 2015, nalguns casos foram detetadas dificuldades na comparabilidade dos dados, com o ano em análise.

A LVT opta pelo modelo In Accordance – Abrangente, incluindo os conteúdos relativos a aspetos considerados materiais. Não se incluiu informação, nem aspetos, sobre os quais a organização não tem controlo nem informação detalhada (ver índice GRI – capítulo 6 deste relatório).

Por razões de contenção de custos, o presente relatório não foi verificado por entidade externa. As dúvidas ou esclarecimentos sobre o relatório podem ser remetidos à Direção de Sustentabilidade Empresarial ([mcristovao@adp.pt](mailto:mcristovao@adp.pt)).

É ainda importante referir que a componente relativa aos Recursos Humanos, associados à gestão delegada da LVT, mercê do Decreto-Lei 94/2015, de 29 de Maio, encontra-se descrita no Relatório de Sustentabilidade da EPAL, uma vez que esta última assumiu a posição contratual da primeira, nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal. Assim, os trabalhadores originários das oito empresas agregadas foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando esta a contratar, em nome próprio, o pessoal necessário à gestão do Sistema LVT.





### 3 – PERFIL DA ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, com sede na Guarda, tem como Missão a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes. A empresa tem por objeto social a exploração e gestão, em regime de exclusividade, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por um prazo de 30 anos.

A LVT desenvolve, ainda, um conjunto de atividades acessórias e complementares, que lhe foram transmitidas nos termos do número 3 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e nos números 2 e 3 da cláusula 1.ª do Contrato de Concessão.

A gestão do sistema foi delegada na EPAL, nos termos previstos no Decreto-Lei de constituição da sociedade. Nesse âmbito, a empresa assume, também, a obrigação de gestão das infraestruturas afetas ao sistema, em moldes que permitam a respetiva exploração nos termos da legislação aplicável e do contrato de concessão.

A gestão da LVT decorre num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental, ambicionando contribuir, de forma relevante, para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização entre crescimento económico e responsabilidade ambiental, justiça social e qualidade de vida das populações, de hoje e das gerações futuras, assumindo como Valores fundamentais:

- Preservação da água enquanto recurso estratégico, essencial à vida;
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental;
- Equidade no acesso aos serviços básicos;
- Promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas.



# 3.1 Estratégia de sustentabilidade

A LVT, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, grupo que desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

A escassez de água está identificada como principal risco mundial com impacto na sociedade, constituindo uma grande ameaça ao crescimento económico e à estabilidade em todo o mundo. Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou na cimeira realizada em Nova Iorque em setembro de 2015 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que têm por objetivo criar um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.



A LVT está comprometida com os ODS, concretamente com o ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”, em que as metas definidas passam

por alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade, reduzir as águas residuais não tratadas e aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a reciclagem e reutilização de água e combatendo a sua escassez a nível global. Para além disso está, também, estabelecido o objetivo de, até 2020, manter protegidos e restaurados os ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, pântanos, rios, aquíferos e lagos.

Para além do ODS 6, focalizado na água, esta está presente em vários outros, designadamente no ODS 2 porque, o abastecimento de água em quantidade é vital para a produção de alimentos e essencial para atingir a segurança alimentar, os sistemas de saneamento e de produção de água potável e segura são necessários para a saúde, como exigido nos ODS 3 e 6, a água é necessária para alimentar indústrias e criar empregos de acordo com os ODS 7 e 8 e sem água não é possível alimentar os serviços dos ecossistemas do planeta identificados nos ODS 13, 14 e 15.

Assim, atendendo às enormes exigências no setor (alterações no plano setorial – PENSAAR, ao novo enquadramento do grupo e sua relação com os stakeholders, ao seu comprometimento com os objetivos definidos nas políticas nacionais e com os compromissos internacionais- Crescimento Verde, ODS, Global Compact, Visão 2050, o futuro que nós queremos (Rio + 20), etc., o Grupo AdP reviu em 2015 a sua Estratégia de Sustentabilidade, que a LVT subscreve, ajustando os princípios e compromissos, definindo novos objetivos e metas para o período de 2016-2020, concretamente seis grandes princípios e 20 compromissos, abrangendo temas como a conservação das massas de água e da biodiversidade, a adaptação às alterações climáticas, o desenvolvimento de uma economia local responsável, a valorização da relação com os trabalhadores e uma aproximação crescente à comunidade, entre outros.

Na base da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo está o conceito de simbioses – com o ambiente, com os trabalhadores, com os acionistas e clientes e com a comunidade, que decorre da relação de estreita interdependência que as atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo mantêm com a qualidade de vida das pessoas e do ambiente, localizando-se a montante e a jusante de todas as restantes atividades económicas.

# Estratégia de Sustentabilidade

## Simbiose com Ambiente:

**Princípio:** Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

### Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

**Princípio:** Contribuímos para o combate às alterações climáticas

### Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência

## Simbiose com os Acionistas e Clientes:

**Princípio:** Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

### Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

**Princípio:** Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida das populações

### Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

## Simbiose com os Trabalhadores:

**Princípio:** Valorizamos a relação com os trabalhadores, garantindo o crescente know-how do Grupo

### Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos trabalhadores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

## Simbiose com a Comunidade:

**Princípio:** Promovemos a aproximação crescente à comunidade

### Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

## 3.2 Factos e dados chave 2016

### Factos

- O ano de 2016 constituiu o primeiro ano completo de atividade da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., tendo sido pautado pela consolidação da uniformização de procedimentos comuns a toda a empresa. Sempre que tal se revelou possível, foram alinhados os procedimentos entre a LVT e a EPAL, sobretudo ao nível das delegações de competências, processos administrativos, financeiros e logísticos.
- Na prossecução da sua missão, a EPAL procurou assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.
- Em 2016 duas premissas fundamentais nortearam a atuação da empresa, por um lado melhorar o nível de serviço ao cliente e por outro promover uma cultura de cooperação entre a empresa e os municípios utilizadores do sistema, permitindo resolver alguns diferendos pendentes e recuperar saldos em dívida com antiguidade relevante que tinham transitado das empresas agregadas.
- Em termos operacionais foi promovida a implementação das melhores práticas existentes no universo das empresas agregadas, procurando-se otimizar o funcionamento das infraestruturas por forma a reduzir os gastos de exploração das mesmas e assegurar a continuidade do serviço aos utilizadores do sistema sem quaisquer interrupções. No ano de 2016 a empresa efetuou um esforço significativo ao nível da manutenção de infraestruturas e equipamentos, pois fruto das restrições financeiras a que algumas das empresas agregadas estiveram sujeitas e mesmo às limitações em termos de gastos impostas pelos orçamentos de Estado, tinham vindo a ser sucessivamente adiadas intervenções relevantes necessárias ao bom estado de funcionamento dos ativos afetos à concessão que, na esfera da LVT, se vieram, agora, a concretizar.
- Na ETAR da Guia, maior ETAR do país, decorreu em 2016 um ambicioso projeto de transformação, tornando-se assim na primeira instalação 100% autossustentável em energia, com enormes vantagens ambientais e económicas.
- Desde a criação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, têm sido encetados contactos com vários municípios por forma a resolver questões pendentes, tendo sido possível a regularização de dívida através de pagamentos extraordinários ou acordos de pagamento. Só no ano de 2016 a dívida recuperada (excluindo dívida corrente e dívida abrangida por acordos) ascende a cerca de 33 milhões de euros, destacando-se o município de Évora com 27 milhões de euros, o que ilustra bem a cultura de cooperação entre a empresa e os municípios que serve. Estes contactos têm igualmente permitido a celebração de diversos acordos de pagamento, sendo que os acordos celebrados em 2016 ascenderam a 11,4 milhões de euros.
- Destaca-se, ainda, a resolução do diferendo com o município de Alcobça referente aos volumes mínimos garantidos e, que se prolongava desde o tempo da extinta Águas do Oeste.
- Contribuindo para o esforço de melhoria do meio ambiente em que se insere, foram assinados diversos contratos para recolha de efluentes industriais, designadamente com a FISIFE, no Barreiro e com a Câmara Municipal de Nisa e diversos produtores de queijo, para que os efluentes produzidos naquelas fábricas sejam entregues na ETAR de Castelo Branco, para tratamento adequado, permitindo a partir dessa data que a rejeição final daqueles efluentes seja feita em condições ambientalmente seguras. No que respeita ao Emissário de Azeitão (Setúbal) foi delineada uma solução que permite o tratamento dos efluentes na ETAR da Quinta do Conde, tendo sido celebrado já em 2017 o acordo entre a Águas do Sado, município de Setúbal e a LVT.
- Durante o ano foram lançados concursos públicos com escala significativa, por forma captar valias decorrentes do efeito de escala, mas salvaguardando a desejada proximidade de gestão a cada uma das regiões onde incidem os serviços. Destacam-se, em particular o concurso relativo à recolha e destino final de lamas, o concurso relativo à recolha e destino final de subprodutos (areias, gradados, gorduras), o concurso relativo à limpeza e desobstrução de coletores e o concurso relativo ao fornecimento de polímeros para espessamento e desidratação de lamas de ETAR.
- Em janeiro de 2016 a EPAL passou a exercer a exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do Oeste até à sua entrega pela LVT aos Municípios, em resultado

do aditamento ao contrato para abastecimento de água ao sistema de Água e Saneamento, entre a EPAL, a AdP SGPS e a Águas do Oeste outorgado em maio de 2015.

- Ao nível das tarifas, a 1 de janeiro de 2016 entraram em vigor as tarifas previstas no Decreto-Lei n.º 94/2015, bem como a compensação por uniformidade tarifária entre a EPAL e a LVT. Esta última teve por si só um impacto de 6,5 milhões de euros no volume de negócios da LVT.
- Em termos de gestão financeira, foi possível reduzir o endividamento em mais de 60 milhões de euros, resultante da evolução francamente positiva do prazo médio de recebimentos (recuperação de 44 dias,) e da gestão criteriosa efetuada ao nível da tesouraria da empresa, que permitiu ainda reduzir consideravelmente o prazo médio de pagamentos (menos 20 dias). Esta redução do endividamento tem um forte impacto direto na redução dos gastos da empresa, sendo que ainda outras medidas foram tomadas igualmente com esse intuito, designadamente ao nível da otimização das linhas de crédito, tendo-se verificado em 2016 uma redução significativa das linhas de crédito da Banca Comercial para 80 milhões de euros, salientando-se que as empresas agregadas, em junho de 2015, detinham junto da Banca Comercial cerca de 200 milhões de euros. Esta medida permitirá uma redução significativa dos gastos financeiros anuais no próximo ano.
- Tal como havia acontecido no final de 2015 com outros acionistas, aproveitando a faculdade que lhes era concedida pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, o Município de Borba e a Associação de Municípios da Cova da Beira, optaram no início de 2016 por exercer o direito de alienação à LVT da totalidade das suas participações sociais, correspondentes às ações de que ficaram titulares no momento da constituição da sociedade, bem como a respetiva remuneração acionista em dívida à data de 30 de junho de 2015.
- O Programa do XXI Governo Constitucional enunciou uma expressa discordância com o processo de agregação das empresas de águas que considerou ter sido imposto aos municípios, bem como a sua intenção de intervir neste setor, valorizando o papel dessas autarquias na exploração e gestão de sistemas de que são os únicos utilizadores e cuja participação no capital social não deve ser colocada em causa. Nesse sentido e partindo do enquadramento jurídico existente, o Governo considerou que a melhor solução em termos de política legislativa passaria pela concretização de cisões nos referidos sistemas multimunicipais e na criação de novas entidades gestoras a partir daquelas sociedades agregadas. No início de novembro de 2016, foi publicado o Decreto-Lei n.º 72/2016, que veio prever a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações efetuadas em 2015.

- Realizou-se em dezembro de 2016 a Assembleia Geral da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, na qual, com o apoio unânime dos votos expressos, foi aprovada a criação das duas novas empresas, a "Águas do Tejo Atlântico" e a "Simarsul", por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que passará a chamar-se Águas do Vale do Tejo. Tratou-se de uma solução construída com espírito de abertura e intensa colaboração entre o Grupo Águas de Portugal e os Municípios, que visou garantir um equilíbrio entre todos os parceiros e utilizadores envolvidos, seguindo os princípios de contenção tarifária, solidariedade, equidade, incentivo à eficiência e estabilidade.
- Já em 2017 (março) foi promulgado, pelo Presidente da República, o Decreto-Lei de constituição das novas empresas, esperando-se pois, em 2017, uma alteração relevante na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, com a cisão dos sistemas de saneamento do Tejo e Trancão, da Costa do Estoril, do Oeste e da Península de Setúbal.

## Dados

Estão apresentados, abaixo, dados considerados relevantes para o desempenho da organização.

## Abastecimento de água

- A LVT captou, em 2016, um volume de 53,3 Milhões de m<sup>3</sup> (Mm<sup>3</sup>), um decréscimo de 2,4% face a 2015;
- O volume de água entrado no sistema, em 2016, foi de 81,5 Mm<sup>3</sup>, contabilizando 28,2 Mm<sup>3</sup> de água adquirida a outros operadores, o que corresponde a 35%;
- Em 2016 ocorreu uma melhoria, significativa, do nº de avarias em condutas, face a 2015, de 19 para 6 avarias/100km.ano, passando a apresentar um nível de qualidade de serviço "Boa", no referencial definido, pela ERSAR.
- A LVT recolheu, em 2016, um volume de 287,9 Mm<sup>3</sup>, de águas residuais, um aumento de 17,9%, face ao volume recolhido em 2015;
- A Águas de Lisboa e Vale do Tejo tratou nas suas instalações 282,7<sup>1</sup> Mm<sup>3</sup> de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 775 mil m<sup>3</sup>;
- O recurso a prestação de serviços de outsourcing de operação e manutenção de infraestruturas de saneamento da Beira Alta, totalizando 159 ETAR e 123 EE.

<sup>1</sup> Valor corrigido após publicação do Relatório e Contas 2016

## Negócio

- No que se refere ao Resultado Líquido, em 2016, verificou-se um aumento de 4,6%, face a 2015, de 15,1 MEuros para 15,8 MEuros;
- Os valores de Tarifa média cobrada em 2016 foram inferiores aos de 2015:
  - A passou de 0,6231€/m<sup>3</sup> para 0,5764€/m<sup>3</sup>;
  - AR passou de 0,4624€/m<sup>3</sup> para 0,4481€/m<sup>3</sup>.
- No sistema de adução o volume de água não faturado correspondeu a 5,4 Mm<sup>3</sup> (6,6% da água entrada no sistema);
- Estima-se que a população residente abrangida pelos referidos sistemas seja atualmente de cerca de, 1,1 milhões de habitantes, na atividade de abastecimento de água e cerca de 3,7 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais.

## Trabalhadores e Comunidade

- Em virtude da gestão delegada da LVT, na EPAL, os trabalhadores foram integrados, por esta última, sendo que a LVT não possui trabalhadores.
- A LVT tem promovido junto da Comunidade da sua área de intervenção e, frequentemente em parceria com entidades locais, ações de Educação Ambiental, que contam com o envolvimento direto de milhares de crianças e jovens, pertencentes a vários municípios.
- Durante os meses de julho e agosto, foram realizadas Ações de Sensibilização Ambiental em Praias pertencentes aos municípios de Guarda, Seia, Pampilhosa da Serra, Proença-a-Nova, Ponte de Sor (7 praias fluviais), Alcobaça, Peniche, Lourinhã, Torres Vedras, Mafra, Cascais e Sesimbra (10 praias costeiras).
- Tiveram lugar algumas iniciativas relacionadas com a comemoração de dias temáticos como o Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Água e Dia da Criança, sob o lema - Educar para a Sustentabilidade.
- Foram promovidas atividades no âmbito do Programa Eco-Escolas, em parceria com a Associação Bandeira Azul da Europa, sobre o Ciclo Urbano da Água e o Uso Eficiente da água.

- Foi dada colaboração ao programa de televisão Minuto Verde – produzido pela Quercus e emitido na RTP1-, abrangendo diversas temáticas, o que permitiu a sensibilização da população para as questões da água e do ambiente.
- No âmbito do Programa Ciência Viva, com visitas de estudo técnicas e organização de “Dias Abertos”, estes últimos direcionados para a população em geral, destacam-se as visitas realizadas no âmbito do Programa Nacional “Ciência Viva no Verão em Rede”.

## Inovação, Criação de Valor e Partilha

Na componente de projetos de investigação, mantiveram-se em desenvolvimento o Projeto LIFE IMPETUS, o Projeto AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses, que terminou, o Projeto Artica, o Projeto LIFE SWSS e o Projeto RESCCUE e deu-se início ao Projeto EnviHealth&Co. Estes projetos são detalhados no ponto 7. I&D, Inovação e estabelecimentos de ensino.

Ao longo do ano foram, ainda, submetidas várias candidaturas, a fundos comunitários (Interreg, H2020, P2020, SUDOE), para as quais ainda se aguarda resposta, de aprovação, por parte das entidades competentes.

	2015	2016
<b>Eixo Económico</b>		
Volume de Negócios (M€)	241,8	193,0
Volume de Água Faturado (Mm <sup>3</sup> )	78,3	76,4
Volume de Efluente Faturado (Mm <sup>3</sup> )	241,1	246,5
Resultado Líquido (M€)	15,1	15,8
<b>Eixo Social</b>		
Municípios Servidos (n°)		
Abastecimento de Água	70	70
Águas Residuais	86	86
População Servida (Mhab)		
Abastecimento de Água	0,9	0,9
Águas Residuais	3,2	3,2
<b>Eixo Ambiental</b>		
Água Não Faturada (%)	9,5	10,1
Energia Não Renovável Consumida (GJ)	942 961	881 149
CO <sub>2</sub> emitido - emissões diretas e indiretas (ton CO <sub>2</sub> )	43 599	39 999
CO <sub>2</sub> evitado (venda e Autoconsumo) (ton CO <sub>2</sub> )	3 512	3 554
Resíduos Produzidos (ton)	186 016	186 591

## 3.3 A Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (LVT)

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. foi criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, o qual também deu origem ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. Este sistema abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes, sendo que tem por objeto social a exploração e gestão, em regime de exclusividade, do referido sistema multimunicipal, por um período de 30 anos.

O mesmo diploma, outorga, à EPAL, pelo mesmo prazo, a responsabilidade pela exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, situação que está associada ao projeto de reorganização do setor do abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, nos termos definidos pela Tutela, priorizando a sustentabilidade económica e financeira das operações, para uma contínua melhoria da eficiência, na prestação de serviços e para a promoção da coesão territorial, visando maximizar ganhos de escala e de gama, com benefícios para a tarifa e atenuar a disparidade tarifária, bem como normalizar a relação com os municípios envolvidos, resolvendo questões críticas como o desvio de recuperação de gastos ou a faturação de caudais mínimos.

No âmbito da Gestão Delegada do Sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas afetas ao sistema LVT, mas também todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema, concretamente:

1. Construção das infraestruturas;
2. Aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos;
3. Controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas;
4. Faturação dos serviços de fornecimento e de recolha;
5. Elaboração da contabilidade da sociedade;
6. Gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal;

7. Gestão financeira e controlo de gestão;

8. Apoio jurídico;

9. Logística;

10. Comunicação;

11. Gestão de sistemas de informação;

12. Suporte e apoio à atividade.

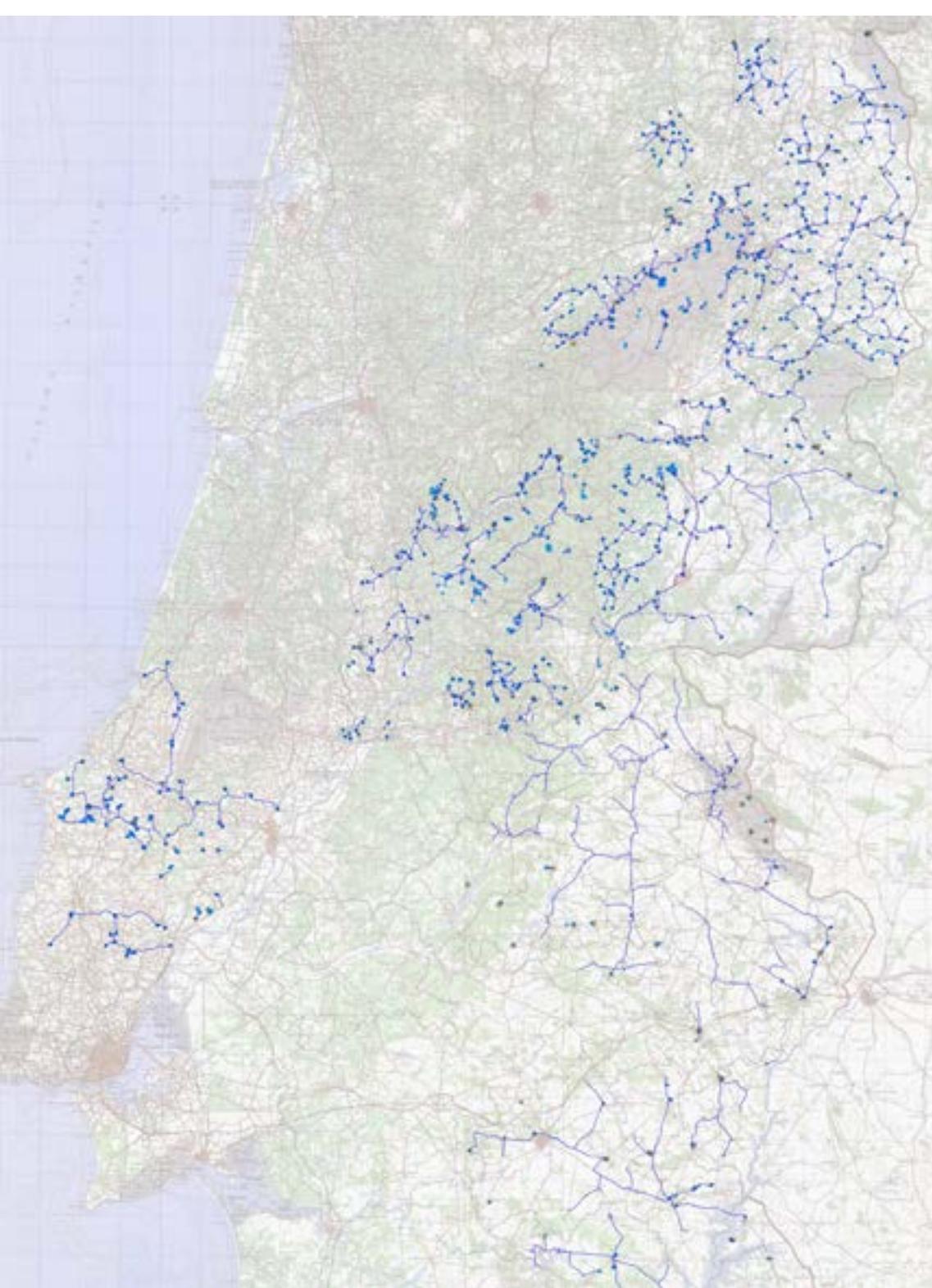
Relativamente ao ponto 6, gestão de recursos humanos, a EPAL assume a posição contratual da sociedade LVT, nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoas, ou seja, os trabalhadores da LVT encontram-se integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando esta a contratar, em nome próprio, o pessoal necessário à gestão do sistema. Pelo exposto, a 31 de dezembro de 2016, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo não tinha qualquer trabalhador nos seus quadros de pessoal.

A primeira Assembleia Geral da LVT realizou-se, a 30 de junho de 2015, na qual foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2015-2017 e aprovadas as respetivas orientações e objetivos. Deu-se início, na mesma data, à exploração e gestão do sistema.

No início de novembro de 2016, foi publicado o Decreto-Lei n.º 72/2016, que veio prever a criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais por destaque dos sistemas multimunicipais resultantes de agregações efetuadas, em 2015.

Assim, em dezembro de 2016, realizou-se uma Assembleia Geral da LVT, na qual, foi aprovada a criação de duas novas empresas, a "Águas do Tejo Atlântico" e a "Simarsul", por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que passará a chamar-se Águas do Vale do Tejo.

Refira-se que se tratou de uma solução construída com espírito de abertura e intensa colaboração entre o Grupo Águas de Portugal e os Municípios, que visou garantir um equilíbrio entre todos os parceiros e utilizadores envolvidos, seguindo os princípios de contenção tarifária, solidariedade, equidade, incentivo à eficiência e estabilidade



### 3.3.1 Atividade e Infraestruturas

Uma vez que foi criada no 2º semestre de 2015, o ano de 2016 foi o primeiro ano civil completo de atividade da Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

A atividade da LVT contempla a produção de água para consumo humano e a recolha, tratamento e rejeição de água residual.

A LVT integra como utilizadores, em simultâneo, para as atividades abastecimento de água e saneamento de águas residuais setenta municípios e apenas na componente de saneamento de águas residuais dezasseis municípios.

#### ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (AA)

Atividade	Infraestrutura	Ano	
		2015	2016
Abastecimento	Sistema Adutor (km) *	3 813	3 931
	Estação Elevatória (EE) (nº)**	183	194
	Estação de Tratamento de Água (ETA) (nº)***	46	46
	Reservatório (nº) 4*	685	685
	Captação (nº) 5*		
	Subterrânea	300	309
	Superficial	43	43
	Barragem (nº)	6	6

\* No valor 3 931 encontra-se incluída a parcela do sistema adutor Oeste (377 km), geridos pela EPAL.

\*\* No valor 194 encontram-se incluídas as instalações do sistema Oeste (31), geridos pela EPAL.

\*\*\* Acrescem outras 83 (2015) e 90 (2016) instalações de tratamento sendo 18 do sistema Oeste, geridas pela EPAL.

4\* No valor 685 encontram-se incluídas as instalações do sistema Oeste (38), geridas pela EPAL.

5\* Captações subterrâneas- no valor 309 encontram-se incluídas as instalações do sistema Oeste (56), geridas pela EPAL.

## ABASTECIMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (AR)

Atividade	Infraestrutura	Ano	
		2015	2016
Saneamento	Sistema Intercetor (km)*	2 262	2 282
	Estação Elevatória (EE) (nº)	643	654
	Fossa Sética Coletiva (nº)	15	15
	Sifão (nº)	13	13
	Emissário Submarino (nº)	11	11
	Estação de Tratamento de Água Residual (ETAR) (nº)*	512	517

\* O valor de 2015 foi corrigido de 2 305 para 2 262.

Na zona da Beira Alta, dado o elevado número de instalações e grande dispersão geográfica, manteve-se a prestação de serviços de Exploração e Manutenção de ETAR em *outsourcing*, num total de 159 ETAR e 123 EE.

## Clientes

Para cumprir a Missão que lhe foi outorgada, a LVT conta, para além do seu desempenho, com a colaboração, a montante, da cadeia de fornecimento, bem como de outras empresas do grupo na gestão eficiente do ciclo urbano da água. Nas representações gráficas que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para cada uma das atividades core, especificando as atividades de operação.

## Operação - Água



## Operação - Saneamento



## 3.4 Modelo de governação e organização

### 3.4.1 Estrutura e Composição do Modelo de Governação

O modelo de Governo é assegurado pela assembleia geral e o conselho de administração, sendo a respetiva fiscalização cometida ao conselho fiscal e revisor oficial de contas. Está ainda previsto no n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos, da LVT, a existência de um Conselho Consultivo.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos acionistas. Nos termos do artigo 22.º, a gestão corrente pode ser delegada em um ou dois administradores ou numa comissão executiva composta por três a cinco administradores.

Os membros dos órgãos sociais da sociedade são eleitos de três em três anos, sendo permitida a sua reeleição, uma ou mais vezes, para os mencionados cargos, com os limites legais.

O Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral, no termos do artigo 18.º dos estatutos da Sociedade e do estatuto do gestor público. O respetivo Presidente é, igualmente, eleito em Assembleia Geral (artigo 20.º dos estatutos da sociedade), podendo designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham a substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

A substituição de membros pode igualmente ser deliberada em Conselho de Administração, por cooptação, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de posterior ratificação, pela Assembleia Geral.

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um Capital Social de 167.807.560 euros, integralmente realizado, sendo que se rege pelos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março).

Por deliberação da Assembleia Geral de 30 de junho de 2015, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2015/2017, composto por sete membros, quatro executivos e três não executivos, bem como aprovadas as respetivas orientações e objetivos

No que respeita às novas orientações estratégicas decorrentes da alteração legislativa, pela publicação do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, que deu origem ao novo sistema multimunicipal de abastecimento e de saneamento do Vale do Tejo, só serão definidas para o próximo mandato.

#### Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, os quais constituem igualmente os titulares da Mesa das Assembleias Especiais, conforme previsto no artigo 15.º dos estatutos da Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Compete ao presidente convocar assembleias gerais ou especiais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos estatutos ou em deliberação dos acionistas. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice – presidente.

Membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade:

**Presidente** Presidente da Câmara Municipal da Guarda: Dr. Álvaro dos Santos Amaro

**Vice-presidente** Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

**Secretária** Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

#### Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos da Sociedade, por deliberação da Assembleia Geral de 30 de junho de 2015, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2015/2017, composto por sete membros, quatro executivos e três não executivos.

**Presidente** Eng.º José Manuel Leitão Sardinha

**Vice-Presidente Executivo** Dr.ª Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

**Vogal Executivo** Dr.ª Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

**Vogal Executivo** Dr.ª Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

**Vogal Não Executivo** Presidente da Câmara Municipal do Crato: Dr. José Correia da Luz

**Vogal Não Executivo** Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz: Dr. José Gabriel Paixão Calixto

**Vogal Não Executivo** Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento: Dr. Jorge Manuel Alves de Faria

Em virtude da:

- demissão por mera conveniência, nos termos do artigo 26.º n.º 1 e 2 do Estatuto do Gestor Público, da Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura, das funções de membro do Conselho de Administração, com funções executivas; e
- renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração, com funções executivas, da Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas, por carta datada de 20 de junho de 2016.

o representante do acionista AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A, propôs, em assembleia geral de 22 de junho de 2016, a eleição para os cargos de vogais executivos do Conselho de Administração - Dr. Rui Manuel Gonçalves Lourenço e Eng.º Barnabé Francisco Primo Pisco-, pelo restante período do mandato em curso, de 2015-2017.

Assim, após 22 de junho, o Conselho de Administração da Águas de Lisboa e Vale do Tejo passou a ser composto por:

**Presidente** Eng.º José Manuel Leitão Sardinha

**Vogal Executivo** Dr.ª Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

**Vogal Executivo** Dr.ª Rui Manuel Gonçalves Lourenço

**Vogal Executivo** Eng.º Barnabé Francisco Primo Pisco

**Vogal Não Executivo** Presidente da Câmara Municipal do Crato: Dr. José Correia da Luz

**Vogal Não Executivo** Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz: Dr. José Gabriel Paixão Calixto

**Vogal Não Executivo** Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento: Dr. Jorge Manuel Alves de Faria

Em 2016, o Conselho de Administração reuniu 11 vezes.

## Órgão de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas, que não sejam membros daquele órgão. Nos termos estatutários, o conselho fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em assembleia geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

O Revisor Oficial de Contas, ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado em assembleia geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal, para o mandato 2015-2017, é o seguinte:

## Conselho Fiscal

**Presidente** Dr.ª Saskia Márcia Ferreira Lopes

**Vogal Efetivo** Dr. Luís Miguel Barros Martins Damas

**Vogal Efetivo** Dr.ª Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes

**Vogal Suplente** Dr. José Manuel de Almeida

O Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, foi proposto pelo Conselho Fiscal da Sociedade à Assembleia Geral realizada em 30 de junho, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.

## Revisor Oficial de Contas

**SROC** Esteves Pinho e Associados, SROC, Lda., membro independente da BKR International

**ROC Efetivo** Dr. Rui Manuel Correia de Pinho

**ROC Suplente** Dr. Luís Manuel Moura Esteves

## Auditor Externo

O auditor externo da LVT, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, foi contratado através de um concurso público feito pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, em 2016, para os serviços de auditoria financeira externa para as empresas do Grupo.

São realizadas, com periodicidade semestral, reuniões formais entre o Conselho de Administração e o Auditor Externo para avaliação do desempenho da empresa e da sua gestão, bem como dos trabalhos desenvolvidos pelo Auditor Externo, uma vez que é o Conselho de Administração o órgão responsável pela avaliação deste último.

## Comissão de Vencimentos

Delibera sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

**Presidente:** Presidente da Câmara Municipal de Alcobça, Dr. Paulo Inácio

**Vogal Efetivo** Dr. Duarte de Almada Cardoso Veiga da Cunha

**Vogal Efetivo** Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva

## Delegação de autoridades/competências

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, atribui à EPAL, S.A. a gestão delegada do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, pelo que é a estrutura organizativa da primeira que assegura a gestão delegada da LVT. Para tal distinguem-se do conjunto de documentos normativos internos em vigor, os seguintes:

- Ordem de Serviço – Estrutura Orgânica;
- Ordem de Serviço – Constituição de Pelouros (alterada em 2016);
- Ordem de Serviço – Delegação de Competências (alterada em 2016);
- Ordem de Serviço – Regulamento do Conselho de Administração da LVT.

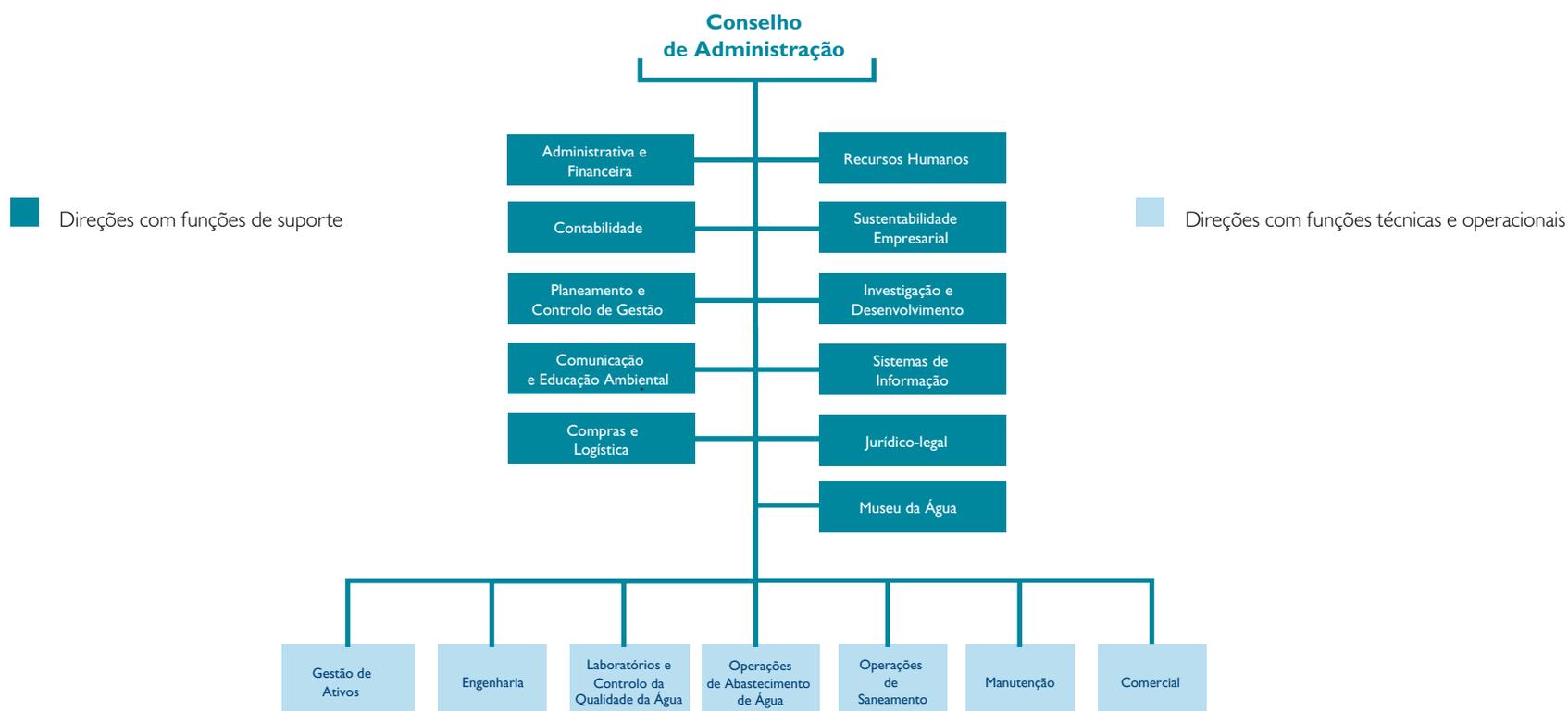
Os referidos documentos encontram-se disponíveis na Intranet da EPAL, na área das Normas e Manuais e na área do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

## Estrutura Organizacional da LVT

A estrutura organizativa da EPAL que assegura a gestão delegada do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo é a seguinte:

A LVT adotou a delegação de competências da EPAL, nomeadamente a Ordem de Serviço n.º 6 (Edição n.º 7), aprovada em sede Conselho de Administração de 21 de setembro de 2016 e posteriormente revista em 4 de janeiro de 2017 (edição n.º 8). A Ordem de Serviço em apreço estabelece os princípios de delegação de competências na Empresa, aplicando – se a todos os responsáveis hierárquicos.

Como princípios gerais encontra-se estabelecido que os responsáveis pela apresentação e aprovação de propostas de aquisição de bens e serviços de que resultem encargos para a Empresa têm a responsabilidade de verificar a existência de suporte orçamental adequado, sendo que a ausência desse suporte implica obrigatoriamente a intervenção do Conselho de Administração.



Encontra-se expressamente vedado o desdobramento de despesas de forma a iludir os limites fixados na Ordem de Serviço em apreço.

Nas situações de exercício de competências delegadas por decisão conjunta que envolvam membro do Conselho de Administração, quando por força de circunstâncias, recaiam num único Administrador as duas valências consideradas, deverá obrigatoriamente ser chamado a intervir um outro Administrador.

Encontra-se ainda exposto que todas as matérias ou assuntos omissos são da competência do Conselho de Administração.

### **Processo e critérios de seleção e nomeação da Gestão de topo**

Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia-Geral, em função dos respetivos currículos e experiência profissional, os quais evidenciam capacidades e competências para assegurar, no seu conjunto, a boa gestão da empresa nas vertentes económica, técnica, ambiental e social.

Na seleção dos administradores propostos à AG intervêm os ministros da tutela e o acionista.

### **Competência para a determinação da remuneração e mecanismos que previnam conflitos de interesses**

A aplicabilidade desta instrução restringe-se aos membros dos Órgãos Sociais, uma vez que, no âmbito da gestão delegada à EPAL e nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, com exceção dos Órgãos Sociais a LVT não tem qualquer colaborador no seu quadro de pessoal.

Não tendo a LVT trabalhadores, todos os mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, respeitam integralmente ao Conselho de Administração e em observância aos mecanismos instituídos na EPAL.

Os membros do Conselho de Administração da LVT têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, relativo ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, alterada pela Lei n.º 28/95, de 18 de agosto e pela Lei 42/96, de 31 de agosto.

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na EPAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, no cumprimento de todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

Entregaram ainda a outras entidades, como o Tribunal Constitucional e a Procuradoria-Geral da República, as devidas declarações, no estrito cumprimento do estabelecido na Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, no Decreto Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março, na Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, na Lei n.º 64/93 de 26 de agosto e o estabelecido no Código das Sociedades Comerciais.

Ainda no domínio do estabelecido no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo aos princípios aplicáveis ao setor público empresarial e empresas públicas, no que respeita a esta matéria, designadamente ao disposto no Artigo 52.º, e na Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, relativa à Gestão de Conflitos de Interesse no Setor Público, os membros do Conselho de Administração entregaram as devidas declarações relativas às relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, relativa ao controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos.

No domínio da prevenção de conflitos de interesse, dando cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009- Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, destaca-se ainda:

- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- O Código de Ética e de Conduta;
- Consagração e prática, no relacionamento com as Partes Interessadas, dos valores de;
  - Integridade e Transparência;
  - Competência e Rigor;
  - Respeito pela Lei;
  - Melhoria Contínua.

- Existência de processos de auditoria autónomos e independentes;
- Contratos de comissões de serviço em regime de exclusividade;
- Cumprimento rigoroso do Código de Contratação Pública;
- Composição organicamente diversificada dos júris constituídos quer no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, quer nos de aquisição de bens e serviços.

### Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, bem como o respetivo regime remuneratório, decorre do regime jurídico aplicável ao Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Comum à das empresas do grupo Águas de Portugal, segue, rigorosamente, o disposto nos vários diplomas e recomendações sobre a matéria, nomeadamente quanto à:

- Definição de categorias de empresas para efeito de remunerações dos respetivos órgãos sociais, em função da sua dimensão, complexidade e estágio de desenvolvimento;
- Celebração de contratos de gestão com todos os gestores das empresas participadas do Grupo, nas condições exigidas pelo estatuto do gestor público;
- Divulgação nos relatórios de gestão das remunerações e outros benefícios e regalias auferidas pelos membros dos órgãos sociais.

O Estatuto Remuneratório aprovado em Assembleia Geral de 30 de junho de 2015 prevê expressamente não haver lugar à atribuição de prémios de gestão, nem de benefícios complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

### Processo de comunicação à Gestão de topo de preocupações críticas e mecanismos utilizados para a sua resolução

Tendo em conta que a LVT não tem trabalhadores, não se encontram definidos mecanismos para comunicação com a gestão de topo sobre preocupações críticas e a respetiva resolução.

## 3.4.2 Missão, Estratégia, Política e Objetivos 2016 e sua Avaliação

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

O Conselho de Administração da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, no desenvolvimento das suas atividades e tarefas tem em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação, que estabelece para os gestores públicos, em especial os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- Assegurar a concretização da missão, das orientações estratégicas e dos objetivos de gestão, definidas, nos termos da lei, designadamente os previstos no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas e zelar pelo cumprimento de outras orientações que sejam emanadas pelos mesmos e pela Tutela Setorial e Financeira;
- Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho da empresa, nas matérias da sua competência, pelo cumprimento das metas e responsabilidades estabelecidas e pela concretização dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimento anuais devidamente aprovados;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes, avaliando e gerindo os riscos inerentes às atividades da empresa;
- Propor as ações que se revelarem apropriadas para a consolidação e desenvolvimento da empresa;
- Implementar as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo Acionista maioritário, AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, em particular aquelas que resultem de orientações da tutela setorial.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, estão, ainda, sujeitos ao código de ética da empresa e aceites no setor de atividade estando igualmente sujeitos ao cumprimento das melhores práticas corporativas e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado e pela prestação de informação sobre a sua organização e as atividades envolvidas.

Não obstante nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral ser obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores, até à data estes ainda não foram fixados ao Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., (AdP, SGPS) eleito em 1 de junho de 2016.

Face à ausência de fixação de orientações setoriais, objetivos, indicadores e metas para o mandato de 2016/2018 a comissão executiva da AdP, SGPS não teve, até à data, condições para proceder à revisão ou fixação de novas orientações ao Conselho de Administração da LVT, para o mandato em curso, por considerar que as mesmas deverão decorrer das que vierem a ser fixadas ao Conselho de Administração da AdP, SGPS.

Face ao disposto no Programa do XXI Governo Constitucional que preconiza a reversão das agregações realizadas pelo anterior Governo em 2015, nas empresas das águas, os gestores das empresas do Grupo Águas de Portugal cujas orientações setoriais, objetivos, indicadores e metas lhes foram fixadas no âmbito do anterior Governo, ainda não foram atualizadas.

O Investimento de 2016 da Águas de Lisboa e Vale do Tejo ascendeu a 12,1 M Euros, de acordo com a distribuição apresentada na tabela seguinte.

Investimento	Milhões de euros (M€)	
	2015	2016
Saneamento	23,8	7,5
Abastecimento	12,8	3,4
Abastecimento + Saneamento	0,2	-
Estrutura	0,3	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>37,1</b>	<b>12,1</b>

Em termos de obras concluídas, em 2016, destacam-se as seguintes:

### Abastecimento de Água

- Empreitada de “Abastecimento de Água ao Município de Sardoal”, com valor realizado de 0,1 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 3,97 milhões de euros.
- Empreitada de “Abastecimento de Água ao Município de Mação - Sistema do Brejo”, com valor realizado de 0,84 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 3,88 milhões de euros.
- Conclusão do Abastecimento de Água ao Município de Mação - Zona Norte do Município (sistema de Castelo Bode), com valor realizado de 0,35 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 2,01 milhões de euros.

### Saneamento de Água Residual

- Empreitada de conceção construção da ETAR de Mação e Sardoal, com valor realizado de 0,26 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 2,11 milhões de euros.
- Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara-Fase I, com valor realizado de 0,06 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 2,05 milhões de euros.
- Construção do Sistema Intercetor de Águas Residuais do Entroncamento, com valor realizado de 1,04 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 1,65 milhões de euros.
- Empreitada de Ampliação da ETAR de Évora, com valor realizado de 0,01 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 1,55 milhões de euros.
- Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Reabilitação/Construção das ETAR de Portel, Amieira e Alqueva e respetivas Estações Elevatórias e Sistemas Intercetores, com valor realizado de 0,03 milhões de euros em 2016. Obra no valor global de 1,01 milhões de euros.

Em 2016 passaram de imobilizado em curso para firme mais de 47 milhões de euros, sendo que no final do ano estava em curso um montante de investimento de cerca de 16 milhões de euros.

## Participação em associações Nacionais /Internacionais e Cartas e Princípios subscritos

Em 2016, a LVT participou nas seguintes instituições de índole fundacional ou associativo:

- ABS - Associação Baía de Setúbal;
- AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal;
- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas;
- NERGA - Associação Empresarial da Região da Guarda;
- Oeste Sustentável - Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste;
- RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

## Ética e Integridade

A atuação da LVT, enquanto empresa que presta um serviço público, pauta-se por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O Código de Conduta e Ética expressa o compromisso da empresa e órgãos sociais em prosseguir a sua missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, o código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambientais, sociais, económicas e culturais.

Com a gestão delegada do sistema da LVT atribuída à EPAL a empresa adotou o mesmo Código de Conduta e Ética da EPAL, que foi atualizado em junho de 2014 e que está disponível para consulta na intranet e internet ([www.epal.pt](http://www.epal.pt)).

No sítio da internet da LVT, quando se menciona o Código de Conduta e Ética, o mesmo é acessível através de uma hiperligação para o Código, que se encontra disponível para consulta em: <http://www.adlvt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>.

O código de ética da EPAL tem por objetivo enquadrar a missão, os princípios e os valores da empresa num conjunto de referências e linhas de orientação que deverão mobilizar os comportamentos e atitudes de todos os trabalhadores ao seu serviço nas suas atividades de todos os dias.

As referências e linhas de orientação do Código de Ética deverão ser observadas por todos os trabalhadores da empresa e trabalhadores das entidades que prestem serviços à LVT, qualquer que seja a natureza jurídica da sua relação.

Foi igualmente adotado na empresa um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCCIC), também disponível na intranet e internet ([www.epal.pt](http://www.epal.pt)). No site da LVT, quando se menciona o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o mesmo é acessível através de uma hiperligação para o site da EPAL. <http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>.

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos, pela empresa, visando a sua mitigação.

O Plano pretende, também, reforçar a cultura do grupo e dos respetivos trabalhadores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009.

Em conformidade com o definido no artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e relativamente à atividade da LVT, em 2016, foi elaborado um relatório síntese das ocorrências identificadas, ou risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, o qual se encontra disponível para consulta no site da LVT em <http://www.adlvt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes>.

Dando cumprimento ao previsto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, anualmente é efetuada a avaliação do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa, sendo elaborado o relatório anual com as respetivas conclusões, o qual é remetido à Unidade Técnica (UTAM), para publicitação no site da referida entidade, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, sendo igualmente publicado no sítio de internet da empresa [www.adlvt.pt](http://www.adlvt.pt) acessível através da ligação [http://www.adlvt.pt/files/7314/8577/9440/Relatrio\\_Sntese\\_PGRCCIC\\_LVT.pdf](http://www.adlvt.pt/files/7314/8577/9440/Relatrio_Sntese_PGRCCIC_LVT.pdf).

Por forma a dar cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público, a empresa implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pelos Administradores e pelos trabalhadores com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

No PGRCIC encontram-se descritos os meios de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na sociedade, tendo o grupo AdP definido canais de comunicação para a Comissão de Ética, concretamente um endereço de correio eletrónico, [eticaadp@adp.pt](mailto:eticaadp@adp.pt), para a via eletrónica, ou Rua Visconde Seabra n.º 3, 1700-421 Lisboa, para a via postal.

Sem prejuízo da comunicação de irregularidades ou denúncias para a Comissão de Ética do grupo AdP, qualquer trabalhador ou entidade externa pode, também, efetuar a sua comunicação ao Conselho de Administração, da empresa visada, devendo esta dar conhecimento à Comissão de Ética através das vias anteriormente descritas.

Para além dos documentos mencionados, que se encontram disponíveis, para consulta na internet, em: <http://www.epal.pt>, existem outros mecanismos internos e externos para assegurar o cumprimento dos requisitos relativos ao comportamento ético, concretamente:

- O estabelecido no Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);
- Gabinete Jurídico na macroestrutura da empresa;
- Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- Direção de Recursos Humanos - formação e sensibilização.





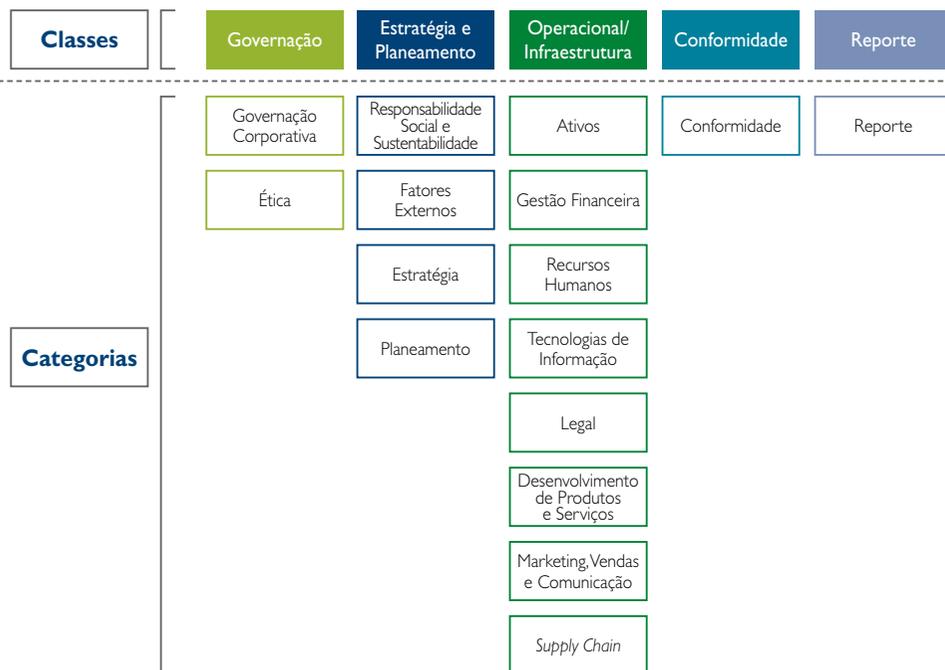
# 4 – ESTRATÉGIA - RISCOS, PARTES INTERESSADAS, IMPACTOS E OPORTUNIDADES

## 4.1 Riscos

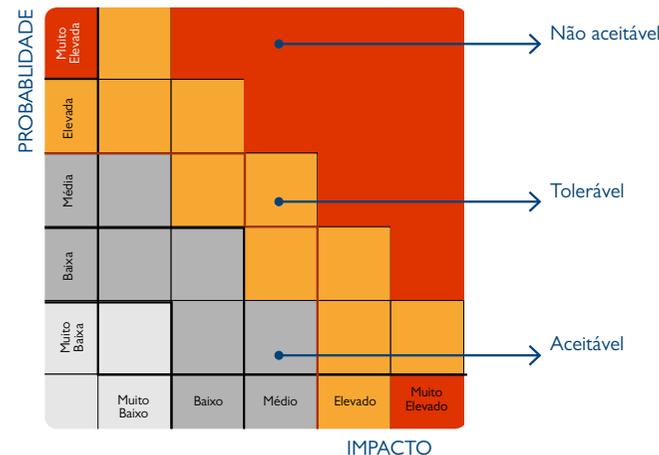
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco, na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos, em vigor, por forma a proteger os investimentos e os ativos.

A adequabilidade do sistema de controlo interno e, concretamente, a sua eficácia e eficiência, encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no grupo AdP, os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), apresentada abaixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar;
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando, igualmente, um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco;
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são definidos e implementados Planos de Tratamento do Risco, como medidas que visam a sua mitigação.

Na sequência da avaliação do risco efetuada, pela empresa, no final de 2016, encontram-se a ser identificadas, pelo conselho de administração, as ações corretivas a incorporar nos Planos de Tratamento do Risco que serão monitorizados, periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e a aferir o respetivo nível de controlo.

A Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios da empresa, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a execução de testes de conformidade para avaliar os resultados e a realização de auditorias internas à empresa. Enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, encontrando-se dotada de um adequado grau de autonomia, na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas de acompanhamento e controlo da atividade existentes, na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da AICR, outras áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente o Secretário da Sociedade, a Direção Jurídico-Legal, a Direção Financeira e a Direção de Comunicação, em áreas como a Legal, Financeira e Reputacional.

No contexto atual, os principais riscos a que a LVT está exposta são os seguintes:

#### ■ **Impacto Ambiental**

Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.

#### ■ **Catástrofe**

Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.

#### ■ **Tecnologias de informação**

Risco de incapacidade ou dificuldade na resposta às necessidades do negócio, devido a inexistência ou desalinhamento do planeamento estratégico das Tecnologias de Informação (equipamentos, infraestruturas, software), face a estratégia da Organização.

#### ■ **Gestão da dispersão geográfica**

Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.

#### ■ **Gestão de ativos**

Risco de perdas patrimoniais tangíveis ou intangíveis para a Organização, decorrentes de erros financeiros/contabilísticos ou de falhas no processo de identificação, registo e titularidades dos ativos.

#### ■ **Gestão da saúde pública**

Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento.

A definição do modelo de gestão do risco empresarial no Grupo AdP contemplou a definição e aprovação de uma Matriz de Riscos aplicável ao universo das suas empresas, assente na metodologia COSO, na qual os riscos se encontram definidos e são revistos periodicamente, considerando a realidade operacional e empresarial existente.

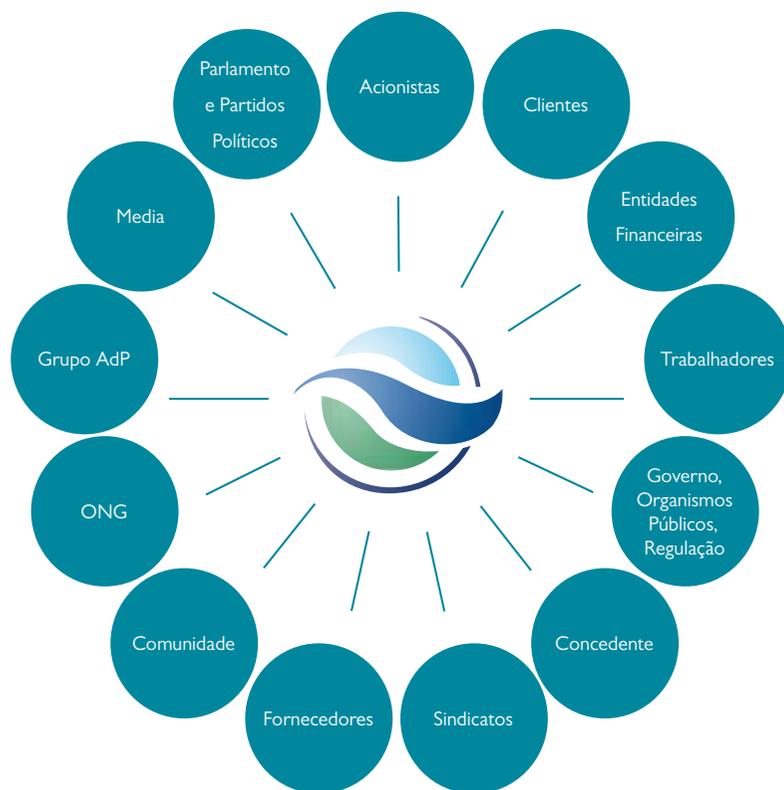
Anualmente, a empresa procede à avaliação do seu risco, através da autoavaliação realizada pelas direções, aos riscos que lhe sejam aplicáveis, tendo por base uma análise do risco inerente e residual, atendendo ao sistema de controlo interno existente e à eficácia e eficiência dos controlos implementados.

Quando, na avaliação de risco anual da empresa, são identificados riscos enquadrados num patamar acima do considerado aceitável para o Grupo AdP, é definido por risco um Plano de Tratamento, aprovado pela Administração, identificando-se para o efeito qual a(s) ação(ões) corretiva(s) a desenvolver, a estratégia de tratamento que esta(s) consubstancia(m) (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada, o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

## 4.2 Partes interessadas/ Stakeholders

Consideramos partes interessadas (ou *Stakeholders*) todas as entidades que afetam e/ou podem ser afetados pelas nossas atividades, produtos e serviços. O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.

São vários os grupos de partes interessadas com quem a empresa se relaciona de diversas formas. A figura seguinte ilustra esses grupos de partes interessadas.



(em cima) Partes Interessadas da AdLVT

A identificação das Partes Interessadas foi realizada em 2016 e teve por base os seguintes critérios:

<b>Responsabilidade</b>	Aqueles perante os quais a organização tem, ou pode vir a ter no futuro, responsabilidade legal, operacional e financeira, sob a forma de regulamentos, contratos, políticas e códigos (ex.: empregados, autoridades locais).
<b>Influência</b>	Aqueles que têm influência ou poder de decisão sobre a organização (ex.: autoridades locais, acionistas, grupos de pressão).
<b>Proximidade</b>	Aqueles com os quais a organização interage mais, incluindo os internos à organização (ex.: empregados, autoridades locais, parceiros de negócio, fornecedores locais).
<b>Dependência</b>	Aqueles que estão, direta ou indiretamente, dependentes das atividades da organização em termos económicos ou financeiros, ou em termos de infraestruturas locais ou regionais, bem como os que estão dependentes de produtos fornecidos pela organização.
<b>Representação</b>	Aqueles que legitimamente reclamam representar alguém, ou uma causa (ex.: Organizações Não Governamentais [ONG], sindicatos).
<b>Política e Orientação Estratégica</b>	Aqueles a quem a organização, direta ou indiretamente, se dirige, através das suas políticas e valores, incluindo aqueles que podem dar alertas para assuntos emergentes e riscos (ex.: sociedade civil, escolas).

## 4.3 Impactos

Da atividade da LVT decorreram, em 2016, considerando a totalidade do ano, os seguintes resultados líquidos e impactos principais:

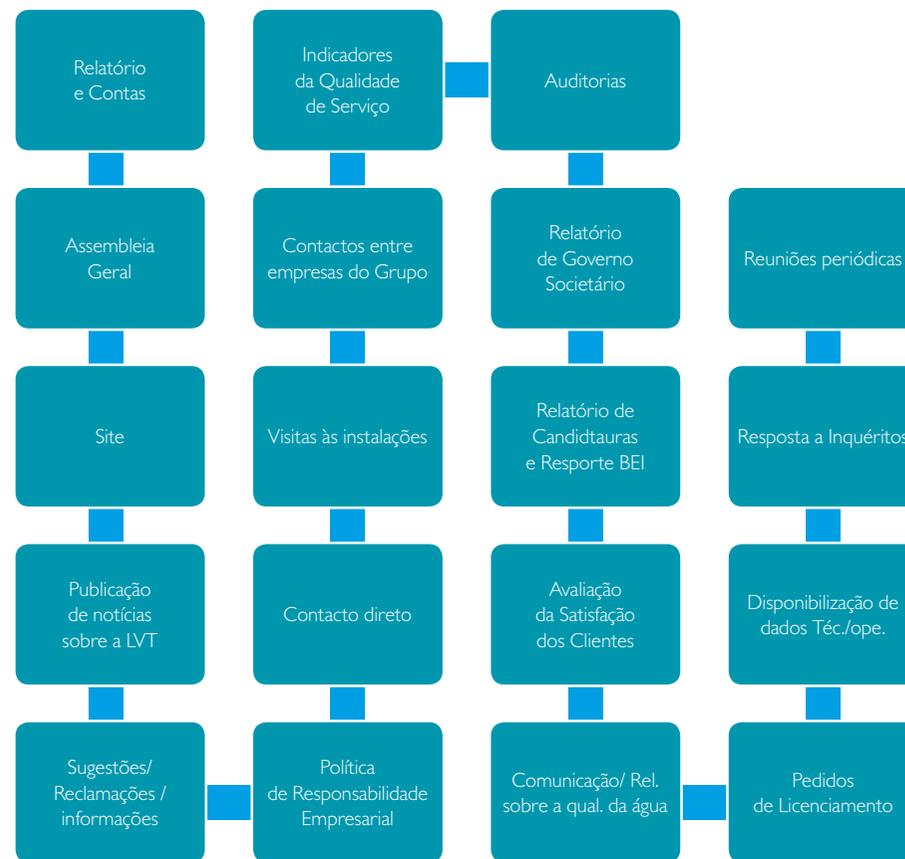
- 53,3 Mm<sup>3</sup> de água captada;
- 282,5 Mm<sup>3</sup> de água devolvida ao meio hídrico, após tratamento;
- 3,5 Mm<sup>3</sup> de água perdida na adução (4% da água entrada no sistema);
- 1,2% da água tratada, foi reutilizada;
- 12% da energia consumida foi produzida em instalações, da LVT;
- 0,9 Mhabitantes servidos na atividade de abastecimento de água, em 70 municípios;
- 3,2 Mhabitantes servidos na atividade de saneamento, em 86 municípios;
- 12,1 MEuros em Investimento, nas duas atividades.

## 4.4 Aspectos materiais identificados e medidas

Tendo em conta a sua recente criação, o facto da gestão e exploração estar concessionada à EPAL, não possuir qualquer trabalhador no seu quadro de pessoal, bem como outras alterações associadas à reorganização, do setor, que influenciam, sobremaneira, a análise de materialidade do negócio. A LVT decidiu realizar, numa fase posterior e em simultâneo com a EPAL, a sua análise de materialidade.

Apesar da situação, a LVT preocupa-se com as suas Partes Interessadas, prosseguindo com o desenvolvimento de esforços para ir ao encontro das respetivas inquietações. Assim, privilegia a

comunicação, que mantém, através da utilização de diversos canais, apresentados abaixo, auscultando as suas opiniões e envolvendo-os na estratégia.



Uma análise ao tipo de preocupações permite afirmar que a garantia da qualidade da água, para abastecimento é o tema que levanta um maior número de questões, seguida de ocorrências em obra, descarga de águas residuais, fiabilidade, segurança, capacidade e sustentabilidade dos sistemas. Por forma a ir ao encontro das mesmas, a Administração, tem vindo a integrá-los, de forma permanente na gestão e nas atividades da empresa, percorrendo um caminho que conduza à melhoria contínua, compromisso que estabeleceu na sua Política de Gestão.

Enquadradas neste contexto destacam-se, em 2016, para além dos 12,1 MEuros de investimento, já descritos, outros investimentos e medidas operacionais, concretamente:

<b>Medida operacional /Investimento</b>	
<b>Garantia de Qualidade</b>	Instalação e arranque de um novo ozonizador na ETA de St <sup>a</sup> Águeda, garantindo a reserva do equipamento para a etapa de pré-oxidação.
	Desenvolvimento do Projeto Life-SWSS – caso de estudo no Centro.
	Conclusão do reforço do sistema de tratamento de fase emergencial, na ETA de Monte Novo, através de sistema de cloragem ao break-point, para resolução dos elevados índices de Azoto Amoniacal na água captada.
	Arranque do sistema de remoção de lamas dos flotadores e filtros de areia pós-reabilitação da ETA de Monte Novo.
	Arranque do leito percolador da ETAR de Tolosa que se encontrava fora de serviço.
	Reabilitações em instalações de AR Alentejo (ETAR de Martinho, ETAR de Gáfete, ETAR de Arronches, ETAR de Vale de Açor) por forma a aumentar a eficiência do sistema de tratamento.

<b>Garantia da Capacidade</b>	Entrada em exploração de Sistemas de Abastecimento: <ul style="list-style-type: none"> <li>• O abastecimento ao Município de Sardoal passou a ser assegurado a partir do Sistema de Cabeça Gorda;</li> <li>• O abastecimento ao Município de Mação passou a ser assegurado a partir do Sistema de Cabeça Gorda e do Sistema do Chão do Brejo.</li> </ul>
	Entrada em funcionamento do reservatório de Vale Figueiras (Município de Castanheira de Pera).
	Alargamento da área de Serviço de Abastecimento, em alta, aos lugares de Valverde, Alandroal e de Vale de Maceiras, todos no Alentejo.
	Entrada em exploração da ETAR de Vale de Maceiras (Município de Fronteira).
	Arranque de várias infraestruturas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• ETAR de Alqueva e Portel (Município de Portel);</li> <li>• Estação Elevatória (EEAR) da Ervideira com ligação à ETAR de Ponte de Sor (Município de Ponte de Sor);</li> <li>• ETAR de A dos Arcos, (Município de Arruda dos Vinhos);</li> </ul>

<b>Medida operacional /Investimento</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ETAR e EEAR de Santiago dos Velhos (Município de Arruda dos Vinhos);</li> <li>• EEAR Dois Portos 2, do sistema de dois Portos (Município de Torres Vedras);</li> <li>• Subsistema do Entroncamento: nova ETAR e três EEAR e subsequente desativação da ETAR antiga, EEAR da ETAR e ETAR Compacta da Zona Industrial;</li> <li>• Subsistema de Mação: ETAR de Mação;</li> <li>• Subsistema de Sardoal: ETAR de Sardoal;</li> <li>• Subsistema de Vila Nova da Barquinha: ETAR de Praia do Ribatejo e duas EEAR.</li> </ul>
	Otimização do controlo analítico no âmbito do controlo de processo e consequente redução de encargos operacionais, permitindo ampliação da área de influência do laboratório da ETAR de Évora aos Centros Operacionais de Portalegre, Ponte de Sor e Elvas.

<b>Garantia da Fiabilidade e Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrada em serviço da nova EEAR da Quinta das Drogas (subsistema de Alverca), depois de obra de profunda remodelação;</li> <li>• Reabilitação da EEAR6 do subsistema de Alcântara;</li> <li>• Promoção de medidas, em articulação com os municípios, com vista à consciencialização das entidades gestoras das redes em baixa para maior controlo de descargas industriais de origem indevida e que condicionam o funcionamento de muitos sistemas. De destacar o caso da ETAR de São João da Talha (em Loures) pela sua dimensão.</li> </ul>
--	--

<b>Sustentabilidade e Inovação</b>	ETAR da Guia 100% autossustentável no que respeita ao consumo energético.
	Implementação de Sistemas de Gestão de Energia (SGE) nas ETA de St <sup>a</sup> Águeda, Rio Fundeiro e Caldeirão e nas ETAR de Castelo Branco, Fundão, Santa Cita e Seia.
	Ligação de novos Clientes Diretos, de grande dimensão, à ETAR do Barreiro/Moita (Amarsul e FISIFE), constituindo uma solução eficaz para a resolução de problemas ambientais que perduravam há muito tempo.

### Medida operacional /Investimento

Alteração do circuito de água de serviço (ETAR de Frielas, ETAR de Évora, ETAR de Alcântara) para utilização na preparação de polímeros, com o objetivo de otimizar os consumos de água potável, no âmbito da racionalização dos consumos de água potável nas ETAR.

Lançamento da elaboração de estudos inovadores no setor que permitem otimizar as operações, com benefícios em termos de aumento de eficiência e de redução de custos quer para a empresa ou para os municípios, como é o caso do estudo relativo ao controlo e diminuição de intrusões salinas nas redes de saneamento, o estudo de otimização de sistemas de armazenamento de lamas desidratadas ou ainda o estudo relativo à estabilização de lamas por calagem.

Contratualização da receção na ETAR de Castelo Branco, para tratamento no digestor anaeróbio, dos efluentes de queijarias de Nisa, constituindo uma solução para a resolução dos problemas ambientais que perduravam há muito tempo.

Substituição dos sobreprensos de arejamento da ETAR de Chelas por máquinas fora de serviço existentes na ETAR da Guia.

Instalação de tamisador nas lamas espessadas da ETAR de Frielas (equipamento disponibilizado por AR Alentejo) e de novo parafuso transportador de lamas na ETAR de Ponte de Sor (equipamento disponibilizado por AR Lisboa).

Implementação do Projeto ARTICA na ETAR de Castelo Branco.

Ao longo do ano foram, ainda, realizados estudos, preparação e/ou lançamento de concursos públicos de grande dimensão (abrangendo todo o território da LVT, ou seja, cerca de 30% do território de Portugal continental) por forma captar valias decorrentes do efeito de escala mas salvaguardando a desejada proximidade de gestão a cada uma das regiões onde incidem os serviços. Destacam-se, em particular o concurso relativo à recolha e destino final de lamas (o maior de sempre em Portugal, no valor de 15 milhões de euros), o concurso relativo à recolha e destino final de subprodutos (areias, gradados, gorduras), o concurso relativo à limpeza e desobstrução de coletores (o maior de sempre em Portugal, no valor de 5 milhões de euros) e o concurso relativo ao fornecimento de polímeros para espessamento e desidratação de lamas de ETAR.

Relativamente à solidez da empresa, em termos económico-financeiros, do seu governo e sustentabilidade, a LVT elabora e disponibiliza, na sua página da internet ([www.adlvt.pt](http://www.adlvt.pt)) o seu Relatório e Contas, que no caso do exercício de 2016 foi auditado pela Ernst & Young – Audit & Associados, SROC, SA e aprovado, em assembleia-geral, pelos acionistas e o Relatório de Governo Societário, relativo ao mesmo ano.

Por forma a melhorar, continuamente, a confiança na qualidade do produto e na organização, valorizar a respetiva imagem e fomentar o uso, do recurso, de forma sustentável, a LVT promoveu, em 2016, um conjunto de iniciativas vocacionadas para alguns grupos de Partes Interessadas.

Para ir ao encontro das expectativas das partes interessadas, para além de medidas transversais, a LVT recorre a ações específicas, definidas tendo em conta o Grupo, ou grupos a que se destinam.



## CLIENTES

No que se refere aos clientes, no ano de 2016, após a reestruturação, foi necessário focar a gestão na reorganização das empresas do setor, pelo que não foram efetuados inquéritos, já que os resultados poderiam, de certa forma, desfocar do essencial. Optou-se por priorizar outras componentes críticas, da satisfação de Clientes, com especial relevo no que toca à Gestão de Reclamações, tendo sido adotada uma metodologia que define, sistematiza e gere, de forma integrada, as reclamações da LVT permitindo dispor de um sistema de tratamento de reclamações global (Ver PR5).

Anualmente, os resultados das reclamações recebidas pela ERSAR, em número e por assunto são também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em dezembro de 2016 foi publicado e divulgado o Volume 1 do RASARP com os resultados das reclamações recebidas referenciados a 31 de dezembro de 2015.

## ACIONISTAS E GRUPO AdP

A LVT promove um relacionamento, estreito, com estes grupos de partes Interessadas através da participação em Assembleias-Gerais e outras reuniões e do envio, periódico, de informação complementar.

## CONCEDENTE, GOVERNO, ORGANISMOS PÚBLICOS E REGULAÇÃO

A LVT elaborou, para o ano de 2016, a primeira proposta de Orçamento, que foi remetida à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e ao Ministério do Ambiente, em 30 de novembro de 2015, juntamente com o Plano de Investimentos, para o período 2016-2018.

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as entidades gestoras de abastecimento público de água devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as entidades gestoras de abastecimento público de água implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas entidades competentes.

O PCQA de 2016 da Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi submetido em 15 de setembro de 2015 e aprovado em 30 de dezembro de 2015, pela ERSAR.

Em 2016, no âmbito do PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, foram efetuadas 20.226 análises (das quais 15.874 com valor paramétrico definido no Decreto-Lei), sendo que foram detetados 22 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento de 99,86%.

Anualmente, os resultados do controlo da qualidade da água realizado pelo conjunto das entidades gestoras no âmbito da implementação do PCQA aprovado é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em agosto de 2016 foi publicado e divulgado o Volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano referenciados a 31 de dezembro de 2015.

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo está também sujeita à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água) cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos, a APA tem vindo a cobrar a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), prevista no regime económico e financeiro dos recursos hídricos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.

No apuramento da TRH para 2016, de acordo com o n.º 2 do artigo 5º-A da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (Fiscalidade Verde), foi definido um limite para o volume de água não faturada em “alta” de 5% e em “baixa” de 20%, sendo eventuais valores superiores a estes volumes suportados pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.

## COMUNIDADE

A LVT tem promovido junto da Comunidade da sua área de intervenção e, frequentemente, em parceria com entidades locais, ações de Educação Ambiental, que contam com o envolvimento direto de milhares de crianças e jovens, pertencentes a vários municípios.

Em 2016, durante os meses de julho e agosto foram realizadas Ações de Sensibilização Ambiental em Praias pertencentes aos municípios de Guarda, Seia, Pampilhosa da Serra, Proença-a-Nova, Ponte de Sor (7 praias fluviais), Alcobaca, Peniche, Lourinhã, Torres Vedras, Mafra, Cascais e Sesimbra (10 praias costeiras).

As ações que envolveram cerca de oito centenas de participantes, diretos, tiveram grande receptividade, não só junto da população infanto-juvenil diretamente envolvida (entre os 5 e os 15 anos), bem como junto dos mais velhos, chegando a envolver muitas vezes famílias in-



diversos jogos lúdico-pedagógicos, realizados em espaços públicos, em parceria com os municípios de Cadaval, Celorico da Beira, Loures e Mafra. As atividades realizadas envolveram a participação de mais de um milhar de participantes, maioritariamente crianças e jovens.

Foram ainda levadas a cabo iniciativas realizadas durante o mês de março integradas nas comemorações do Dia Mundial da Água, nomeadamente um conjunto de ações de educação e sensibilização ambiental que permitiram a sensibilização dos mais jovens para as questões da água e a sua importância, enquanto bem escasso e essencial à vida, com atividades que incluíram desde apresentações, workshops,



teiras. O principal objetivo foi o de sensibilizar para as estratégias de poupança de água e papel da empresa na gestão do ciclo urbano da água da região, consciencializando para a necessidade de preservação dos recursos hídricos enquanto meios recetores das águas residuais tratadas e prevenção da poluição. A maioria das ações realizou-se em praias detentoras do galardão Bandeira Azul (BA), pela Associação Bandeira Azul da Europa, sempre em articulação com os respetivos municípios e as restantes autoridades competentes.

Manteve-se a aposta na Comemoração de Dias Temáticos, sendo que as do Dia Mundial do Ambiente e do Dia da Criança, realizadas entre 1 e 6 de junho, envolveram um conjunto de iniciativas que permitiram a sensibilização dos mais jovens para as questões da água e a sua importância, enquanto bem escasso e essencial à vida, com atividades que incluíram experiências áudio-sensoriais - "A Água é um Mundo Fantástico" e a "História Sensorial da Água" - e a dinamização de

dinamização de diversos jogos lúdico-pedagógicos e visitas de estudo às infraestruturas operacionais, envolvendo Municípios e Estabelecimentos de Ensino de Évora, Fundão, Lisboa, Óbidos, Ponte de Sor, Proença-a-Nova e Sertã.

A LVT, enquanto empresa do grupo AdP, associou-se ao programa Ciência Viva promovendo Visitas de Estudo, Técnicas, e organização de "Dias Abertos", estes últimos direcionados para a população em geral, donde se destacam as visitas realizadas no âmbito do Programa Nacional "Ciência Viva no Verão em Rede". No total foram realizadas em 2016 cerca de centena e meia de visitas a 8 infraestruturas de abastecimento de água (ETA) e 29 de saneamento de águas residuais (ETAR) geridas pela EPAL, envolvendo mais de 3.500 participantes. Através destas iniciativas os participantes tiveram oportunidade de conhecer o funcionamento de uma ETA e de uma ETAR, percebendo qual o contributo destas infraestruturas para a correta gestão do ciclo urbano da água.

## Organizações Não-governamentais (ONG)

A empresa participou no programa Minuto Verde – produzido pela Quercus e emitida na RTP1, com diversas temáticas emitidas ao longo do ano de 2016, destacando-se o Telhado Verde da ETAR de Alcântara, o Dia Mundial do Saneamento (ETAR de Alcântara) e a Valorização de Subprodutos das ETAR (geridas pela EPAL-LVT), o que permitiu uma sensibilização da população para as questões da água e do ambiente.

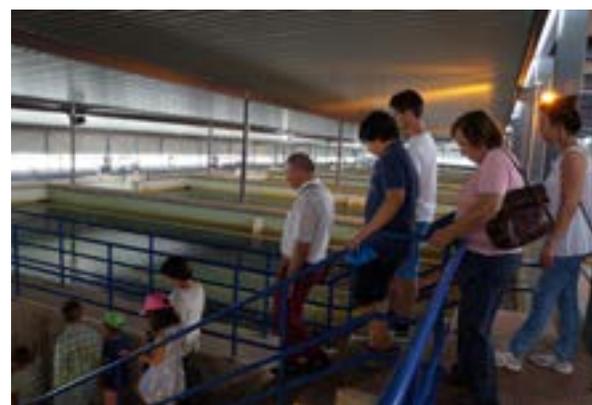
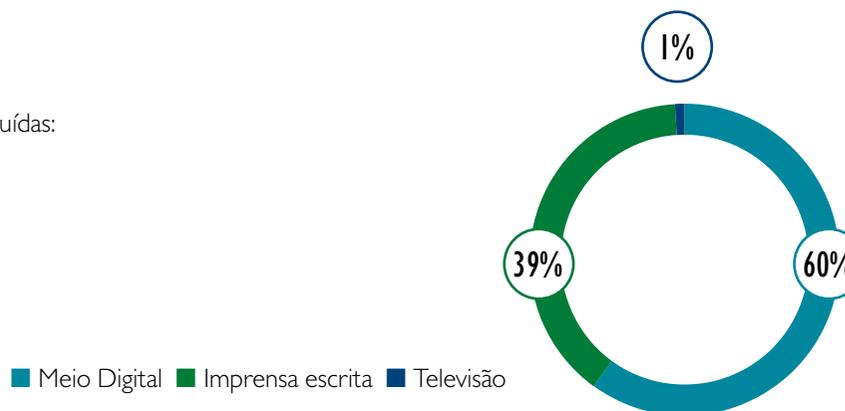


No que respeita a Atividades de Educação Ambiental em escolas e, em colaboração com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), participámos nos Conselhos Eco-Escolas e foi prestada colaboração em palestras, workshops, seminários e outras atividades lúdico-pedagógicas sobre o Ciclo Urbano da Água e o Uso Eficiente da Água. Estas ações envolveram onze estabelecimentos de ensino, com a participação direta de mais de 700 alunos ao longo do ano letivo.

## MEDIA

Em 2016, foram publicadas 706 notícias acerca da LVT, assim distribuídas:

- 278 Imprensa escrita;
- 421 Meio digital;
- 6 Televisão;
- 1 Rádio;



## 7. I&D, INOVAÇÃO e ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

A Águas de Lisboa e Vale do Tejo, tendo gestão delegada na EPAL, integrou ativamente os projetos desenvolvidos transversalmente e concomitantemente manteve a sua própria identidade inovadora, mantendo o desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) com entidades externas nacionais e internacionais.

Assim, a sua participação em projetos de I&D teve especial enfoque nos relacionados com novas tecnologias de tratamento de água e águas residuais, otimização da gestão operacional, uso sustentável da água, integração de novos sistemas de informação e implementação de sistemas inovadores de apoio à decisão.

Para alcançar tais objetivos, a I&D aposta no envolvimento de todos os trabalhadores como potencial gênese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e eficiência das Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Dando sequência à estratégia de I&D e inovação, no ano de 2016 decorreu a 4.ª edição do Prémio EPAL in, concurso de inovação que pretende ser catalisador do envolvimento dos trabalhadores, da EPAL. Na presente edição foram apresentadas 10 candidaturas, com projetos de elevado nível de qualidade, revelando uma participação ativa do capital humano neste processo. Como valorização da apresentação dos projetos, foi atribuído o prémio vencedor a dois projetos em ex aequo, bem como atribuídas 3 menções honrosas. Realça-se a transversalidade dos projetos ao nível das áreas funcionais, bem como a visão de empreendedorismo, demonstrada através da apresentação de potenciais novos produtos e serviços.

Ainda na componente de inovação, lançou-se em 2016 os Aqua Techno Fóruns, que representam uma outra valia do processo de criação de inovação tecnológica. Estes fóruns contaram com a participação da gestão de topo e dos facilitadores internos de inovação e diversos técnicos, como representantes de empresas tecnológicas com créditos reconhecidos no tema em debate. O primeiro Aqua Techno Fórum desenvolveu-se sobre o tema Mobility e pretendeu potenciar a identificação de oportunidades de desenvolvimento da mobilidade, proporcionando, aos agentes que dominam os processos internos das organizações, o contacto com as novas tecnologias e a sua aplicabilidade promovendo a reflexão das potenciais melhorias decorrentes da sua implementação.

Na componente de Desenvolvimento, a LVT deu continuidade à cooperação contínua com a comunidade científica, na procura de parcerias com centros de conhecimento, desde os níveis académicos base, representados por estabelecimentos de ensino técnico e profissional, até aos de excelência, representados pelas Universidades e Centros de Investigação. Acreditamos que esta estratégia de parcerias irá permitir, à LVT, acompanhar os desenvolvimentos tecnológicos numa conjetura em que a velocidade da transformação digital nas empresas e no mundo em geral, obriga a uma mudança or-

ganizacional na forma de encarar os processos geradores de inovação tecnológica e de investigação, sendo cada vez mais necessário optar pela construção de sistemas em rede.

Na componente de projetos de investigação, mantiveram-se em desenvolvimento os Projetos LIFE IMPETUS, AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses, Artica, LIFE SWSS, BINGO e RESCCUE e deu-se início ao Projeto EnviHealth&Co, que se detalham em seguida:



**Projeto Europeu LIFE IMPETUS**, com a referência LIFE14 ENV/PT/000379: “Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater

treatment plants”. Este projeto tem como participante a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., através da sua Direção Laboratórios e de Controlo de Qualidade da Água. Os outros beneficiários deste projeto europeu são as seguintes entidades: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que coordena o projeto, Águas do Algarve, S.A., Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), Universidade do Algarve (UAAlg). Este projeto tem a duração de 4 anos e iniciou-se em 2014.



**Projeto Europeu “AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses”**, coordenado pela Universidade Técnica da Dinamarca, contou com a participação de um total de 15 instituições euro-

peias de 9 países (universidades, instituições de investigação, indústrias e entidades/empresas governamentais) agrupadas em Consórcio. O projeto AquaVIR teve por objetivo concretizar o desenvolvimento de um novo sistema portátil, de baixo custo, de instalação e deteção no local, para monitorização de vírus entéricos humanos em diferentes tipos de massas de água. O projeto terminou em outubro de 2016.



**Projeto Europeu ARTICA**



A candidatura do projeto “A multivariable advanced control product for sustainable performance of nutrient removal urban WWTPs (ARTICA)”, para demonstração da aplicação da tecnologia ARTICA na ETAR de

Chelas, ao programa de financiamento *Eco-Innovation* foi aprovada, tendo-se dado início à realização do projeto (<http://www.artica4nr.eu/>).

Este projeto tem como objetivo a demonstração da aplicação de um controlador inteligente para ETAR de lamas ativadas com remoção de azoto, tendo em vista a otimização

em tempo real da recirculação de lamas, nitratos e caudal de ar de processo, para respetiva redução de custos energéticos.

Prevê-se igualmente a demonstração da solução na ETAR de Castelo Branco, tendo-se iniciado em 2015 os trabalhos relacionados com diagnóstico e especificações locais da instalação.



#### Projeto Europeu LIFE Smart Water Supply Systems

Projeto Europeu LIFE (SWSS) com a referência LIFE I4 ENV/PT/000508, “Smart Water Supply Systems”. LIFE SWSS - Smart Water Supply Systems

é a designação do projeto de I&D que tem por principal objetivo a criação de uma plataforma de apoio à decisão e gestão operacional das entidades gestoras tendo em vista diminuir o consumo de energia e consequentemente as emissões de gases com efeito de estufa.

O projeto LIFE SWSS conta com os seguintes parceiros, ISQ (coordenador), AdP, Hidromod, AdA e EPAL. Quando o projeto foi submetido à União Europeia em 2014, as empresas ex-Águas do Oeste e ex-Águas do Centro integraram o consórcio da candidatura.

#### Projeto Europeu RESCCUE



(H2020): RESCCUE tem como objetivo o desenvolvimento de ferramentas que visam o aumento de resiliência, capacidade de planeamento e otimização da gestão nas cidades em cenários de fenómenos climáticos extremos.

#### Projeto EnviHealth&Co

Projecto EnviHealth&Co. é um novo Programa Doutoral da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e que será desenvolvido em ambiente empresarial, nomeadamente na EPAL, sendo inteiramente devotado à Saúde Ambiental e áreas afins. Este projeto terá a duração

de 4 anos, sendo o primeiro ano (2016) um ano curricular a decorrer na Faculdade de Medicina de Lisboa. Entre 2017 e 2019, a EPAL irá receber dois estudantes de doutoramento para a execução do trabalho experimental da tese de doutoramento. Em 2015 a EPAL colaborou na seleção de candidatos às bolsas de doutoramento atribuídas no âmbito deste Programa Doutoral.

#### Projeto BINGO



**BINGO**  
a better future under  
CLIMATE CHANGE

O “BINGO - Bringing INnovation to on-GOing water management – a better control of our future under climate change”, é um projeto europeu, liderado por Portugal, através do LNEC. O objetivo do projeto é avaliar, de forma inovadora, os

impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água, das águas superficiais, às subterrâneas ou costeiras, promovendo estratégias de gestão do risco e de medidas de adaptação, o que irá permitir reduzir vulnerabilidades e superar adversidades. Do BINGO resultará uma série de soluções para problemas específicos da gestão do ciclo da água, em particular para recursos hídricos vulneráveis e de importância estratégica. Na fase inicial do projeto serão feitas previsões de cenários climáticos para os próximos 15 anos, numa resolução espacial adequada aos problemas a resolver e de forma a capacitar decisores e gestores a atuar a diversos níveis geográficos (local, regional e europeu). O projeto envolve 20 parceiros europeus de 6 países (Portugal, Espanha, Países Baixos, Alemanha, Noruega e Chipre) e integra uma equipa de cerca de 80 especialistas provenientes de centros de investigação e inovação, autoridades da água, utilizadores da água, indústria e empresas. Os parceiros nacionais são, para além do LNEC, a CIMLT, a EPAL, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI). O BINGO foi o projeto de Investigação e Inovação melhor classificado entre 40 Consórcios europeus, sendo a primeira liderança portuguesa no Horizonte 2020 - Desafio Societal 5 - Ação Climática. Tem um orçamento de 8 milhões de euros, dos quais cerca de dois milhões serão para Portugal.

#### CANDIDATURAS DE PROJETOS DE I&D+Inovação

Durante o ano 2016 foram submetidas várias candidaturas a fundos comunitários (Interreg, H2020, P2020, SUDOE), que se prevê venham a ter resposta apenas em 2017.

## 4.5 Oportunidades

A LVT considera fundamental a identificação, planeamento e gestão dos principais aspetos materiais, da sua atividade tendo em atenção os “Sustainability Topics for Sectors: What do stakeholders want to know?” (GRI, 2014). Na tabela, abaixo, são apresentados e sistematizados de acordo com os eixos da sustentabilidade.

Aspetos materiais - Eixo Ambiental	
<b>Eficiência Energética Operativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001;</li> <li>As 16 instalações consumidoras intensivas de Energia têm implementados Planos de Racionalização Energética;</li> <li>Transformação da ETAR da Guia, a maior ETAR do país, na primeira instalação 100% autossustentável em energia;</li> <li>Projeto ARTICA;</li> <li>Projeto LIFE Smart Water Supply Systems (SWSS);</li> <li>Implementação de Sistemas de Gestão de Energia (SGE) nas ETA de Stª Águeda, Rio Fundeiro e Caldeirão e nas ETAR de Castelo Branco, Fundão, Santa Cita e Seia.</li> </ul>
<b>Impacto Sobre as Origens</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Está em desenvolvimento um Plano de Segurança da Água (PSA);</li> <li>É captada água em diferentes origens, existindo, nalguns casos, possibilidade de abastecimento de um mesmo sistema, a partir de mais do que uma origem.</li> </ul>
<b>Disponibilidade de Recursos Hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existem contratos de concessão para a exploração das captações superficiais com o estado português;</li> <li>Existem captações subterrâneas licenciadas.</li> </ul>
<b>Poluentes Aquáticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deu-se continuidade a um projeto que tem como objetivo a monitorização de vírus entéricos humanos em diferentes tipos de massas de água.</li> <li>Projeto Europeu AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses, que tem por objetivo desenvolver um sistema portátil, de baixo custo, de instalação e deteção on-site, para realizar a monitorização de vírus entéricos humanos em diferentes tipos de massas de água.</li> </ul>

<b>Reutilização da água residual tratada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto LIFE Smart Water Supply Systems (SWSS).</li> </ul>
<b>Emissões Atmosféricas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existem contratos de concessão para a exploração das captações superficiais com o estado português;</li> <li>Existem captações subterrâneas licenciadas.</li> </ul>
<b>Tratamento de Lamas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento e implementação de sistema de remoção de lamas da lagoa de maturação da ETAR de Portel com recurso a geotubos – ensaios para definição de metodologia a implementar de forma alargada na empresa;</li> <li>Projeto ARTICA;</li> <li>Arranque do sistema de remoção de lamas dos flotadores e filtros de areia pós-reabilitação da ETA de Monte Novo;</li> <li>Estudo de otimização de sistemas de armazenamento de lamas desidratadas;</li> <li>Estudo relativo à estabilização de lamas por calagem;</li> <li>Implementação e execução de um estudo de otimização de custos/eficiência, no espessamento de lamas secundárias da ETAR de Évora.</li> </ul>
<b>Descarga de água residual não tratada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Configura uma situação de emergência que é reportada às autoridades competentes.</li> </ul>
Aspetos materiais - Eixo Social	
<b>Acesso aos Recursos Hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conclusão de sistemas de abastecimento de água.</li> </ul>
<b>Acesso ao Tratamento da Água Residual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção e reabilitação de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais (ETAR, EE e sistemas de drenagem).</li> </ul>
<b>Qualidade do Produto Água para Consumo Humano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA).</li> </ul>
<b>Qualidade do Produto Água Residual Tratada/Reutilizada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Controlo da Qualidade da Água Residual Tratada;</li> <li>Plano de Controlo da Águas residual tratada, para reutilização, de acordo com a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais.</li> </ul>

<b>Segurança do Produto Água para Consumo Humano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Europeu AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses;</li> <li>• Projeto IMPETUS;</li> <li>• Avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água.</li> </ul>
<b>Corrupção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;</li> <li>• Declaração de Conflito de Interesses.</li> </ul>
<b>Aspetos materiais - Eixo Económico</b>	
<b>Perdas de Água</b>	Perdas reais de água associadas a uma qualidade de serviço classificada como “Boa”.

De acordo com o que já foi comunicado, anteriormente, estes e outros aspetos serão tidos em conta na Análise Formal de Materialidade do negócio da LVT.

Nos próximos anos é expectável que, devido aos processos de reorganização que se encontram a decorrer no setor, os desafios colocados à LVT, para além de terem continuidade, apresentem desenvolvimentos. Desta forma, tendo em conta que mudanças são sinónimo de inúmeras oportunidades de melhoria, é previsível a obtenção de progressos ao nível da competência tecnológica e capacidade de Inovação, possibilitando processos mais Eficientes, conducentes à Criação de Valor.





## 5 – DESEMPENHO E ABORDAGEM DA GESTÃO

### 5.1 Indicadores de desempenho económico

#### Valor económico direto gerado e distribuído (ECI)

ECI Valor económico direto gerado e distribuído			
	2014 (proforma)	2015	2016
	unid.: EUR		
<b>VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO</b>			
<b>a) Proveitos</b>	<b>194 108 167</b>	<b>173 002 509</b>	<b>177 525 678</b>
Vendas Líquidas	176 053 843	157 763 713	167 895 183
Juros Obtidos	17 966 067	15 179 376	9 570 151
Proveitos de Venda de Activos	88 256	59 420	60 344
<b>VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO</b>			
<b>b) Custos Exploração</b>	<b>70 993 191</b>	<b>90 735 939</b>	<b>93 802 207</b>
Custo de Merc.Vendidas e Mat.Consumidas	18 415 246	15 654 402	19 244 896
Fornecimentos e Serviços Externos	52 577 945	75 081 537	74 557 310
<b>c) Remunerações dos colaboradores</b>	<b>12 934 197</b>	<b>6 993 567</b>	<b>0</b>
Remunerações pagas aos trabalhadores	12 934 197	6 993 567	0
<b>d) Pagamentos a provedores de capital</b>	<b>35 988 535</b>	<b>28 555 792</b>	<b>23 271 753</b>
Dividendos Pagos	4 539 506	3 196 231	0
Juros Pagos	31 449 029	25 359 561	23 271 753
<b>e) Pagamentos aos poderes públicos</b>	<b>10 049 688</b>	<b>1 142 154</b>	<b>776 728</b>
IRC pago	9 819 211	1 012 124	605 805
Imposto Selo pago	128 213	19 140	131 162
IMI pago	102 264	110 890	39 761
<b>f) Donativos</b>	<b>87 282</b>	<b>37 509</b>	<b>33 189</b>

#### NOTA PRÉVIA

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resulta da agregação de oito sistemas que se extinguiram na mesma data (30 de junho de 2015), tal como as sociedades que os geriam. Os ativos e passivos das oito sociedades extintas transitaram para a nova sociedade a 30 de junho de 2015 e, apesar de a Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) apenas existir efetivamente a partir dessa data, do ponto de vista contabilístico e fiscal, as operações das sociedades concessionárias extintas, são consideradas como efetuadas por conta da concessionária, reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras de abertura da LVT corresponderam à soma aritmética das demonstrações financeiras das empresas extintas, às quais foram efetuados os ajustes relativos ao reconhecimento dos desvios de recuperação de gastos, ao crédito e gasto de construção de ativos concessionados e ajustamentos de reservas de auditoria efetuadas na esfera individual das empresas agregadas. Procedeu-se igualmente a ajustamentos respeitantes à correta alocação entre Ativos e Passivos, atendendo que os balanços das empresas agregadas, quando somados aritmeticamente, apresentavam em algumas rubricas contabilísticas saldos que foram ajustados de acordo com o seu valor final.

Os valores apresentados para o ano de 2015 refletem, durante o primeiro semestre a atividade das oito empresas agregadas, com os ajustamentos referidos e, no segundo semestre, a atividade efetiva da LVT.

Apresenta-se, apenas para efeitos indicativos a comparação com o ano de 2014 (pró-forma), sendo que os valores de referência apresentados para 2014 correspondem à soma simples dos valores das oito empresas agregadas que deram origem à LVT.

#### a) Proveitos

- As Vendas Líquidas ascenderam a 167,9 milhões de Euros, valor que reflete os rendimentos relativos à venda de água e à prestação de serviços de saneamento. Este valor não engloba os dos efeitos do reconhecimento dos Rendimentos da Construção de Ativos Concessionados e do Desvio de recuperação de gastos;

- Comparativamente com o ano de 2015, as Vendas Líquidas registam um aumento de 10,1 milhões de euros (6,4%). Este aumento resulta essencialmente da aplicação da compensação pela uniformidade tarifária, que no período homólogo ainda não se encontrava registada (quantificada em 6,5 milhões de euros), do aumento das prestações de serviços de saneamento e do impacto do Memorando de Entendimento com a C. M. de Alcobaça. Verifica-se uma redução de cerca de 37,0% nos rendimentos financeiros, em resultado da diminuição da faturação de juros de mora por atraso no pagamento dos clientes, atendendo que em 2016 verificou-se uma diminuição acentuada no prazo médio de recebimentos, bem como pela redução dos proveitos gerados pelas aplicações financeiras subjacentes aos Fundos de Reconstituição de Capital Social, as quais estão a ser mobilizadas aquando do seu término;

- Os juros obtidos ascenderam a 9,6 milhões de euros e respeitam essencialmente a juros de mora por atraso no pagamento dos clientes, bem como pela redução dos proveitos gerados pelas aplicações financeiras subjacentes aos Fundos de Reconstituição de Capital Social. Verifica-se uma redução de cerca de 37,0% nos rendimentos financeiros, em resultado da diminuição da faturação de juros de mora por atraso no pagamento dos clientes, atendendo que em 2016 verificou-se uma diminuição acentuada no prazo médio de recebimentos, bem como pela redução dos proveitos gerados pelas aplicações financeiras subjacentes aos Fundos de Reconstituição de Capital Social, as quais estão a ser mobilizadas aquando do seu término.

## b) Custos de Exploração

- Os Custos de Exploração cifram-se em 93,8 milhões de Euros, ou seja um acréscimo de 3,4%;

- A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas totaliza 19,2 milhões de euros, decompondo-se em: aquisição de água (13,8 milhões de euros) e aquisição de reagentes (5,4 milhões de euros). Em termos de variação, verificou-se um aumento de 3,6 milhões de euros (+23%) face ao valor de referência de 2015;

- Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), excluindo o efeito dos gastos com a gestão delegada por parte da EPAL, ascenderam a 52,9 milhões de euros, representando os gastos com energia, no valor de 18,7 milhões de euros, a rubrica com maior peso em termos de FSE.

## c) Remunerações pagas aos colaboradores

- Na sequência da assunção da gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, ou seja, todos os trabalhadores da sociedade LVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL. Em 2015, as remunerações pagas aos colaboradores ascenderam a 7,0 milhões de Euros, valor que reflete apenas o 1º semestre (antes da agregação).

## d) Pagamentos a provedores de capital

- Em 2016, não ocorreram pagamentos de dividendos aos acionistas;

- Os juros pagos a financiadores externos ascenderam a 23,3 milhões de Euros, registando uma redução de 19% face ao período homólogo, em resultado da diminuição de encargos com juros bancários, em virtude não só da redução das taxas de juros mas também pela amortização de financiamentos de curto prazo com os excedentes gerados pela agregação.

## e) Pagamentos de impostos

- No pagamento de impostos destaca-se o pagamento do imposto sobre o rendimento (IRC) no valor de 0,6 milhões de Euros.

## Alterações climáticas - implicações financeiras e outros riscos e oportunidades (EC2)

Os cenários de alterações climáticas preveem grandes modificações na precipitação anual e sazonal, no regime hidrológico, inundações, riscos de erosão costeira e qualidade da água, bem como na distribuição de espécies e ecossistemas. Terão pois, grande impacto na qualidade das fontes de água, nas infraestruturas e no tipo de tratamento necessário para cumprir com os níveis de qualidade adequados. Trata-se de uma situação com elevado risco para a LVT, cuja atividade é desenvolvida ao nível do ciclo urbano da água e cujo sucesso depende, simultaneamente, da quantidade deste recurso disponível para abastecimento e da sua qualidade.

A LVT, para mitigação dos efeitos, da sua atividade, sobre o ambiente tem vindo a operacionalizar algumas medidas, listadas de seguida, especificamente ao nível da redução de perdas, com o objetivo de captar, apenas, a água necessária ao funcionamento dos diversos sistemas, à utilização da energia, de forma cada vez mais eficiente, com recurso a tecnologias limpas, com a consequente redução, na quantidade de emissões:

- Monitorização de volumes de água a partir de caudalímetros de controlo instalados em reservatórios de regularização;
- Monitorização e identificação de alterações na pressão das condutas;
- Monitorização dos níveis dos reservatórios, permitindo a identificação de eventuais extravasamentos ou abaixamentos repentinos, indicativos da ocorrência de rotura;

- Monitorização da medição dos caudais;
- Realização de inspeções de caixas de manobras e ventosas pertencentes a condutas adutoras;
- Inspeções das faixas de implantação das condutas e limpezas pontuais das mesmas;
- Realização de verificações periódicas e aferição de medidores de caudal;
- Apuramento periódico do valor das perdas através do cálculo do balanço hídrico dos vários subsistemas de abastecimento e no global da empresa.

No sentido de melhorar continuamente o seu desempenho, a organização tem implementados e certificados dois sistemas de gestão, concretamente, qualidade, ambiente e energia, de acordo com as famílias de referenciais NP EN ISO 9001 e 14001 e 50001, respetivamente, esta última em 2016, que têm vindo a permitir otimizar a monitorização e controlo das ações implementadas e dos resultados obtidos. Da análise que tem vindo a ser realizada identificam-se, também, algumas oportunidades ao nível das energias renováveis, redução de emissões, com ligação ao fundo Português de Carbono e aposta em energias limpas, em detrimento da utilização de combustíveis fósseis e uma aposta, clara, na Investigação e Desenvolvimento.

Nesta temática das alterações climáticas, existem o projeto RESCCUE e o BINGO, já descrito em outros capítulos do presente relatório, que visa estabelecer correlações e definir medidas operacionais a implementar.



### Cobertura das obrigações do Plano de Pensões de benefício definido oferecido pela LVT (EC3)

Atendendo que desde julho de 2015 a LVT não dispõe de nenhum trabalhador no seu quadro de pessoal, não existem obrigações do plano de Pensões a referir.

### Ajuda financeira significativa recebida do governo (EC4)

Para informação sobre este tópico, consultar relatório e Contas LVT 2016.

### Salários pagos comparados com o salário mínimo nacional (EC5)

Atendendo a que os trabalhadores, que prestam serviço na LVT, são geridos pela EPAL, a primeira não paga salários aos trabalhadores (Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016).

### Contratação local (EC6)

Em 2016 não houve admissões em regime de Contrato de Cedência Ocasional na LVT.

### Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos para benefício público (EC7)

Em 2016 não foram identificados investimentos desta natureza.

### Identificação e descrição de impactes económicos indiretos significativos (EC8)

A LVT, no âmbito da sua atividade, tem vindo a realizar investimento, quer na criação de novas infraestruturas, quer na melhoria das existentes. Face a 2015 manteve a taxa de acessibilidade física ao serviço em 97%, para ambas as atividades e um produto de reconhecida qualidade, na mesma linha do ano anterior, com taxas de cumprimento de 99,9% ao nível da água para consumo humano. No que se refere às águas residuais rejeitadas 94% da população equivalente é servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga.

A garantia da continuidade do serviço é, também, uma prioridade da organização, pelo que, para fazer face às carências de água tratada, em caso de avaria, existe uma capacidade de reserva de 1,1 dias, que apesar de ser ligeiramente inferior, ao ano anterior, revela ser suficiente para as necessidades.

No que se refere ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP), a LVT continua empenhada em atingir os 30 dias, no entanto em 2016 tal ainda não foi possível. Ainda assim, verificou-se uma forte diminuição do PMP, de 102 para 87 dias (diminuição de 15%), que resultou, essencialmente, do esforço feito pela empresa para recuperar os atrasos verificados em 2015, sempre focado na manutenção do equilíbrio entre o prazo médio de recebimentos e pagamentos, de modo a não degradar a tesouraria da Empresaw e a promover a estabilidade dos fornecedores.

Estas situações contribuem, significativamente, para a melhoria da qualidade de vida das populações da área de intervenção, estimulando a sua fixação, a promoção da economia e outras situações com impacto económico significativo, na comunidade.

## Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes (EC9)

O Grupo AdP dispõe de uma unidade da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições. Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

Tendo em conta que a gestão da LVT está delegada, da EPAL, o procedimento que regula a contratação de bens e serviços (PC-LG-001), existente na segunda é aplicado, pela primeira. É parte integrante do Sistema de Responsabilidade Empresarial e está inserido no processo Legal e de Governança, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido

no código dos contratos públicos e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2014, estando prevista a sua revisão para o ano de 2017, face à previsível alteração do código dos contratos públicos.

Em 2016, a totalidade dos gastos com fornecedores ocorreram para fornecedores de âmbito nacional, sendo que no ano anterior tinham sido 95%. Na tabela, abaixo, é apresentada a lista de fornecedores com transações com a LVT, que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, superiores a 1 milhão de euros, em 2016.

Contribuinte	Valor (euros)	Entidade
	Valor (euros)	Entidade
	49 557 023	EPAL - EMPRESA PORT ÁGUAS LIVRES
	21 281 494	IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL
	9 227 798	ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS
	3 280 481	TERRAFERTIL
	3 173 392	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
	2 686 165	MANVIA - MANUT EXPL. INSTALAÇÕES
	2 040 044	ADP ÁGUAS DE PORTUGAL-SERV AMBIENTAIS
	1 715 304	RIVAZ QUIMÍCA
	1 591 489	ENDESA ENERGIA
	1 350 466	EDP COMERCIAL-COM. DE ENERGIA
	1 284 928	MDS CORRETOR DE SEGUROS
	1 187 917	ERSAR - ENT REG SERV ÁGUAS E RESÍDUOS
	1 186 931	MANUEL JOAQUIM CALDEIRA
	1 032 217	QUIMITECNICA

## 5.2 Indicadores de desempenho ambiental

### MATERIAIS

#### Materiais usados (EN1)

Na atividade de Tratamento de Água para Consumo Humano e Tratamento de Águas Residuais os principais materiais usados, pela LVT, são os produtos químicos, necessários durante o tratamento e ao longo do processo de transporte.

O consumo total de produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais sofreu um aumento, muito significativo, no ano em análise. Tendo em conta que operacionalmente não foi identificada nenhuma ocorrência que justifique a referida diferença, deduz-se que, em virtude do processo de agregação, os valores não tenham sido corretamente apurados. Assim, em 2016, na atividade de abastecimento foram consumidos 18 571 ton/ano e na atividade de tratamento de águas residuais 22 732 ton/ano.

No que se refere ao consumo de papel, em 2015, a EPAL adquiriu papel a utilizar, também, no funcionamento da LVT, pelo que não foi possível determinar o consumo, por empresa e o valor global foi reportado no âmbito do Relatório de Sustentabilidade, da EPAL. No ano em análise foi possível individualizar os valores, tendo sido consumidas, na LVT, 2,7 ton/ano.

#### Materiais usados provenientes de reciclagem (EN2)

No sentido de uma gestão cada vez mais responsável, a LVT tem vindo continuamente a identificar os resíduos que produz por forma encaminhá-los para valorização ou reciclagem (indicador EN23). No caso das águas de processo provenientes das ETA e ETAR, a opção recai, sempre que possível, pela respetiva recuperação e reciclagem, conforme EN10. No que se refere aos materiais utilizados, que são, maioritariamente reagentes químicos, adicionados durante o tratamento para produção de água para consumo humano e tratamento de águas residuais, uma vez que é necessário que cumpram um conjunto, exigente, de especificações, relativamente à sua composição e pureza, a organização opta por utilizar materiais que não provenham de reciclagem.

### ENERGIA

Neste âmbito, em 2016 foram atingidos objetivos com impacto, significativo, na gestão do consumo de energia, concretamente foi obtida a certificação do Sistema de Gestão da Energia, de acordo com a norma NP EN ISO 50001 que vinha a ser implementado, desde o ano anterior e foi operada a transformação da ETAR da Guia, a maior do país, na primeira instalação 100% autosustentável em energia, com enormes vantagens ambientais e económicas.



Ainda assim a LVT mantém a utilização de várias formas de energia, concretamente, eletricidade, gásóleo, gasolina, gás natural e biogás, com a primeira a destacar-se com 73%, do consumo, uma vez que é utilizada, intensivamente, ao longo dos processos de captação, tratamento e transporte de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

Para além do descrito, a eletricidade também é consumida nos serviços complementares da exploração e nos serviços de suporte e manutenção.

## Origem da Energia

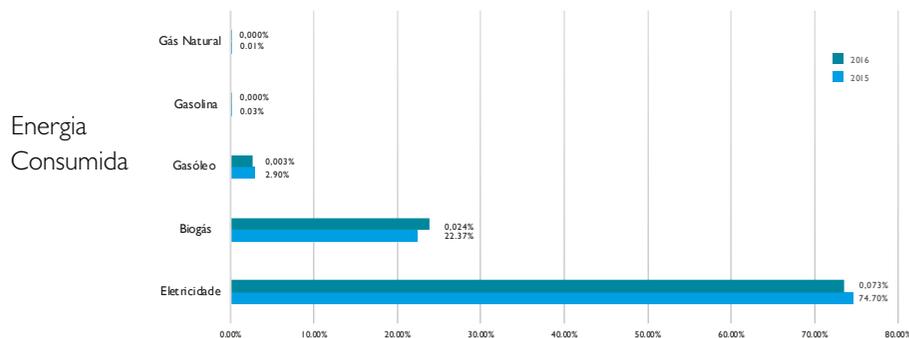
Em 2016 a LVT manteve a utilização de várias formas de energia, conforme quadro abaixo, que identifica, para além do tipo de fonte e de energia, os locais de consumo.

Relativamente a fornecedores, a energia elétrica apresenta dois, a Iberdrola e a Endesa, ambos no Mercado Liberalizado. Os combustíveis, gasóleo e gasolina, utilizados em viaturas, equipamentos de intervenção na rede de distribuição e geradores de emergência, foram, na sua maioria adquiridos à Galp, ainda que pontualmente se possa ter recorrido, a outros fornecedores. É, também, adquirido à Galp, o gás natural utilizado em balneários e nos digestores anaeróbios.



### Consumo de energia direta, segmentado por fonte de energia primária (EN3)

No quadro, abaixo, estão apresentados, para a LVT, os consumos, de combustíveis e energia elétrica, bem como a produção, por fonte de energia. De salientar que o valor apresentado para consumo de gasóleo e gasolina contempla, para além do consumo da frota, consumo de gerado-



res de emergência e outros equipamentos utilizados na operação e manutenção das instalações operacionais e não operacionais.

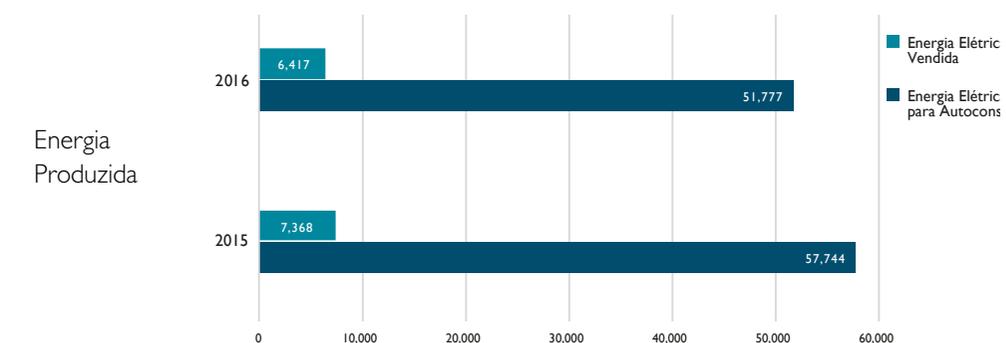
Forma de Energia	2015		2016	
	Quantidade	Conteúdo Energético (GJ)	Quantidade	Conteúdo Energético (GJ)
<b>Consumida</b>				
Gasóleo (L)*	760 265	643 147	27 370	23 153
Gasolina (L)*	7 349	5 131	250	174
Propano (kg)	0	9 554 968	0	210 209
Gás Natural (m <sup>3</sup> )	1 362	1 159	52	44
Biogás (m <sup>3</sup> )	9 588 159	9 554 968	210 940	210 209
Eletricidade Adquirida (kWh)**	179 612 400	165 497 317	646 605	595 790
Eletricidade para autoconsumo (kWh)	16 040 000	14 382 584	57 744	51 777
<b>Vendida à rede</b>				
Eletricidade vendida (kWh)	2 046 638	1 782 558	7 368	6 417
<b>TOTAL de Energia Consumida (GJ)</b>			942 961	881 149
<b>TOTAL de Energia Vendida (GJ)</b>			7 368	6 417

\* Valor contempla o consumo da frota, dos equipamentos móveis e dos equipamentos fixos;

\*\*O valor tem em conta o consumo dos edifícios administrativos.

Em 2016 foi consumida energia, nas instalações da LVT, num total de 881 149 GJ e vendidos 6 417 GJ, com origem em energias renováveis, num contributo para a descentralização da produção de energia elétrica, com utilização de instalações de mini e microprodução fotovoltaica (2 458 painéis instalados em 193 instalações) e digestão anaeróbia (biogás), valores inferiores aos apurados em 2015, em 7% e 13%, respetivamente.

A diminuição verificada no total de energia consumida não foi uniforme, para a totalidade das formas, sendo que no caso do biogás foi detetado um aumento do consumo.



## Consumo de energia indireta, segmentado por fonte de energia primária (EN4)



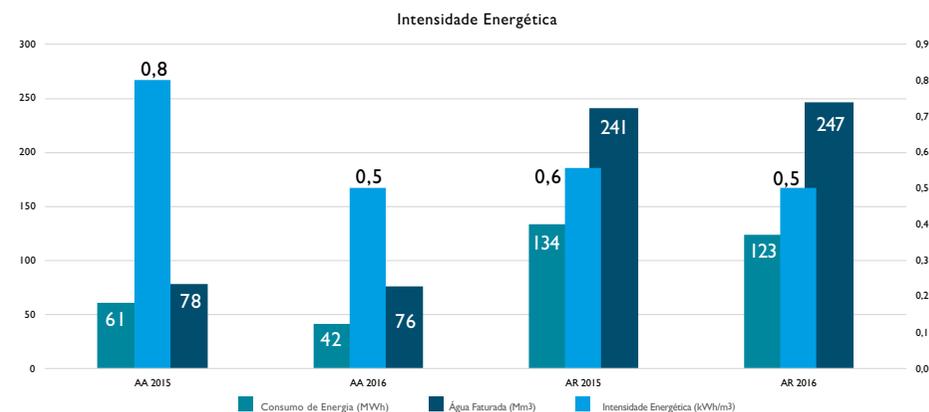
Relativamente a consumos de energia associados ao processo produtivo, da LVT, mas que têm lugar fora das instalações da empresa, foi considerada relevante a energia consumida para transporte das lamas resultantes dos processos de tratamento de água para consumo humano e de águas residuais, desde as instalações, ETA e ETAR, respetivamente, até ao destino final, onde serão valorizadas. Foram, ainda, identificadas outras, concretamente o transporte de reagentes, o transporte de resíduos outros resíduos, atividades de manutenção e exploração em regime de *outsourcing*, execução de empreitadas e deslocação de trabalhadores, em viatura particular e em transportes coletivos, quer no trajeto local de residência/LVT, quer para reuniões ou ações de formação em pontos distintos do país, dentro ou fora da área de intervenção da organização.

Tendo em conta a reorganização da estrutura da LVT em 2016, não foi possível proceder à respetiva determinação.

## Intensidade energética (EN5)

A intensidade energética, apresentada no gráfico seguinte, respeita ao consumo de energia por unidade de produção, que, no caso da LVT, é calculado em função do consumo de energia por atividade e o volume total de água faturada - no caso do abastecimento - e água residual faturada - para o saneamento.

Salienta-se que os valores de gasóleo, gasolina e gás natural não foram considerados, uma vez que não são significativos.



## Iniciativas para redução do consumo energético (EN6)

Ao longo de 2016 foi dado seguimento a ações que, de alguma forma, permitem à organização uma redução no consumo de energia.

### Nas Instalações operacionais:

- A AdLVT identifica os aspetos ambientais controláveis provenientes, diretamente, da sua atividade (Captação de água, produção de efluentes líquidos, emissões gasosas, produção de resíduos, ruído, consumo de materiais, consumo de energia e consumo de água), assim como as situações de emergência razoavelmente previsíveis. Assim, define medidas de controlo para minimizar os impactos provocados nos domínios relevantes: Ar, Água, Solo e Subsolo, Ruído e Recursos, que estão relacionados com a preservação da biodiversidade;

- Certificação ISO 50001 da ETAR da Guia;
- Continuação da implementação do sistema de Gestão de Energia, de acordo com a norma ISO 50001, com vista à Certificação de mais 30 infraestruturas, em 2017;
- Realização de Auditorias Energéticas;
- Projeto *SmartWater for Energy*, em curso;
- Sensibilização dos trabalhadores, com recurso à Campanha “Juntos Somos + Energia”;



- Contratualização de tarifas mais vantajosas (Concurso AdP-aquisição centralizada de energia), beneficiando-se do efeito de escala;
- Redução do consumo de energia elétrica em horas de ponta/otimização do funcionamento dos equipamentos em períodos horários mais económicos;
- Redução do custo com energia reativa;
- Utilização de lâmpadas eficientes;

Nos Edifícios administrativos:

- Sensibilização dos trabalhadores e Colocação de alertas visuais junto dos interruptores e equipamentos de ar condicionado;
- Utilização de lâmpadas eficientes.

Na Frota automóvel:

- Manutenção da otimização dos circuitos/rotas realizadas e redução da frequência de visitas com a integração no sistema de telegestão originando diminuição do consumo de combustível;



- Realização das manutenções periódicas das viaturas de acordo com o definido pela marca.

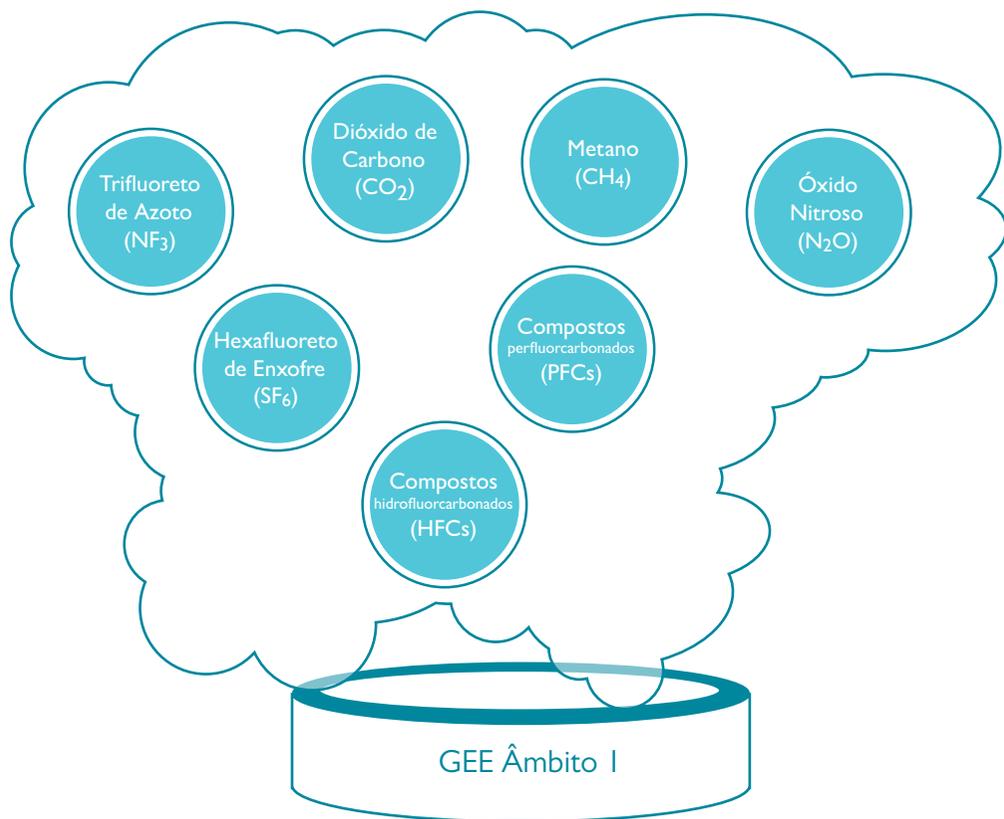
## EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (GEE)

De acordo com o Protocolo e consoante o enquadramento operacional em que ocorre a respetiva produção, a emissão de Gases de Efeito de Estufa (GEE), resultante do consumo de energia não fósseis são classificadas em três tipos, designadamente:

- Emissões Diretas (Âmbito 1) – que resultam de operações detidas e controladas pela organização;
- Emissões indiretas (Âmbito 2) - resultantes da geração de eletricidade, calor, frio ou vapor adquiridos e consumidos nas instalações da organização;
- Outras emissões indiretas (Âmbito 3) - são todas as emissões indiretas (não incluídas no Âmbito 2) que ocorrem no exterior da organização, incluindo fluxos de entrada e de saída.

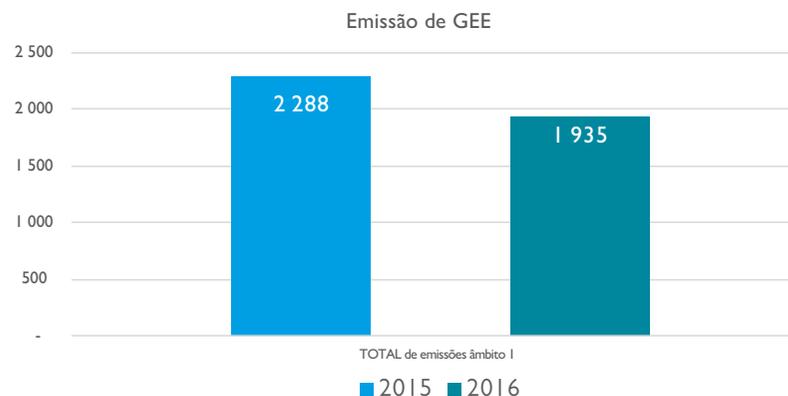
### Total de emissões diretas GEE - âmbito I (EN15)

Neste âmbito deve ser contabilizada e expressa em CO<sub>2</sub> equivalente, a emissão, direta, dos gases constantes da figura abaixo, caso existam.



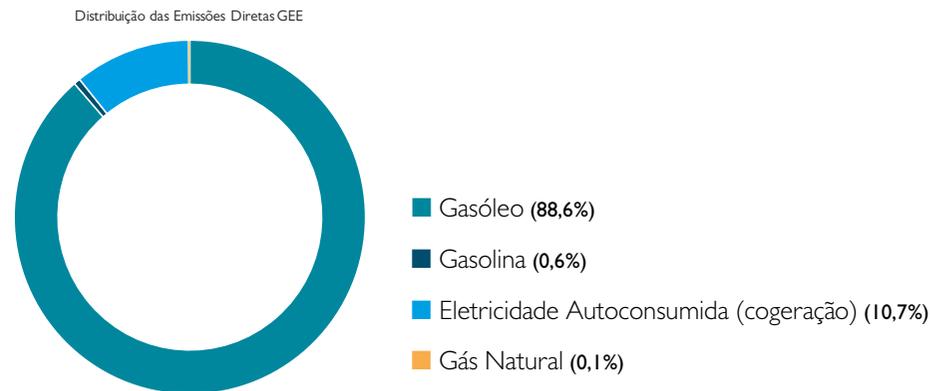
Dos GEE identificados são emitidos, pela LVT, neste âmbito, dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), decorrente da queima dos combustíveis referidos no indicador EN3, bem como outras, identificadas no indicador EN4. Ainda assim, a LVT recorre a fontes de energia não fóssil, o que lhe permite diminuir as suas emissões contribuindo para o combate às alterações climáticas.

Em 2016 a LVT emitiu, proveniente do consumo de energia nas suas atividades diretas, 1 935 t CO<sub>2</sub>.



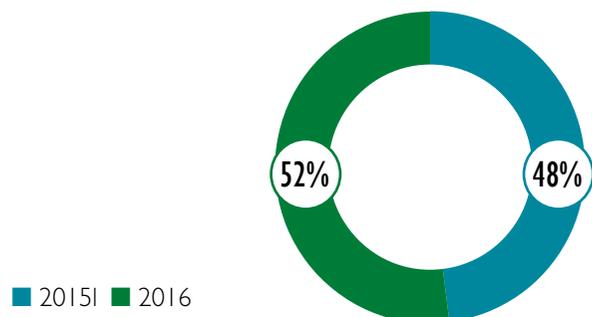
Em 2016 foram realizados estudos de caracterização de emissões gasosas provenientes da cogeração e da queima de biogás, para monitorização de acordo com as licenças e com os pareceres das entidades competentes. Os respetivos resultados revelam que o nível de missões é muito baixo.

Embora sejam utilizados, nas instalações da LVT, equipamentos que contêm HFC e SF<sub>6</sub>, estas substâncias estão confinadas no interior dos equipamentos, sendo que a sua adequada manutenção preventiva, previne eventual emissão devida a avarias (ver EN20).



## Total de emissões indiretas de GEE - âmbito 2 (ENI6)

Este indicador avalia as emissões que são provocadas, pelo produtor, aquando da geração da energia elétrica que é comprada, pela LVT. Assim, em 2016, foram emitidas, indiretamente, 38 064 tCO<sub>2</sub>.



## Outras emissões indiretas relevantes de GEE - âmbito 3 (ENI7)

Este indicador reflete o valor das emissões, indiretas, de GEE que não estão incluídas no indicador ENI6, especificamente as que são produzidas durante o fabrico de produtos adquiridos, pela organização e ocasionais, ocorridas em fábricas não detidas ou controladas, pela organização.

A informação não está disponível, pelo que a mesma não é apresentada.

## Intensidade das emissões de gases com efeitos de estufa (ENI8)

Definido como o quociente entre o total de emissões (diretas e indiretas) e a totalidade da produção, é determinado, no caso da LVT relacionando a totalidade das emissões devidas às suas atividades e o volume de água faturada, no caso do abastecimento e a água residual tratada faturada, no caso do saneamento.

ENI8	Intensidade das Emissões de Gases com Efeito de Estufa AA	
Local de produção das emissões	2015	2016
Água Faturada (Mm <sup>3</sup> )	78	76
Emissão de CO <sub>2</sub> (ton)	13 952	9 442
<b>Intensidade das emissões (kg CO<sub>2</sub> / m<sup>3</sup>)</b>	<b>0,18</b>	<b>0,18</b>

ENI8	Intensidade das Emissões de Gases com Efeito de Estufa AR	
Local de produção das emissões	2015	2016
Água Residual Faturada (Mm <sup>3</sup> )	241	247
Emissão de CO <sub>2</sub> (ton)	27 339	28 322
<b>Intensidade das emissões (kg CO<sub>2</sub> / m<sup>3</sup>)</b>	<b>0,11</b>	<b>0,11</b>

O valor de Emissões de CO<sub>2</sub> de 2015 sofreu uma alteração devido a um erro na fórmula de cálculo.

## Iniciativas para reduzir as emissões GEE e reduções obtidas (ENI9)

Ao nível da compensação das emissões de gases de efeito de estufa nas instalações operacionais, nos edifícios administrativos e na frota automóvel, a LVT tem vindo a tomar medidas concretas:

- Compensação das emissões através da participação em programas de compensação (Programa Pegada Ecológica) ou outros projetos ambientais;
- Recolha, armazenamento e valorização energética, em sistemas de cogeração, de biogás, produzido na digestão anaeróbia, em algumas ETAR, permitindo produzir energia elétrica e aproveitar a energia térmica para aquecimento dos digestores. O biogás em excesso ou de má qualidade é queimado numa "flair" de forma a evitar a libertação de biogás para a atmosfera, no sentido de reduzir o impacte ambiental ao nível das emissões de gases com efeito de estufa;
- A existência de unidades de microprodução, nomeadamente em reservatórios que estão equipados com painéis solares, sendo esta, a única fonte energética existente.

Dada a relação direta entre o consumo energético e o nível de emissões GEE, para dar resposta ao presente indicador recorreremos às medidas implementadas para minimização dos consumos energéticos que já foram referidos em EN6.

Outra informação importante prende-se com as emissões de CO<sub>2</sub> evitadas, pela LVT, graças ao uso de energias renováveis.

ENI9	Emissões evitadas (kg CO <sub>2</sub> )	
Emissões GEE evitadas	2015	2016
Produção de energia com recurso a fontes renováveis	3 512	3 554

## Emissões de substâncias depletoras da camada de ozono (EN20)

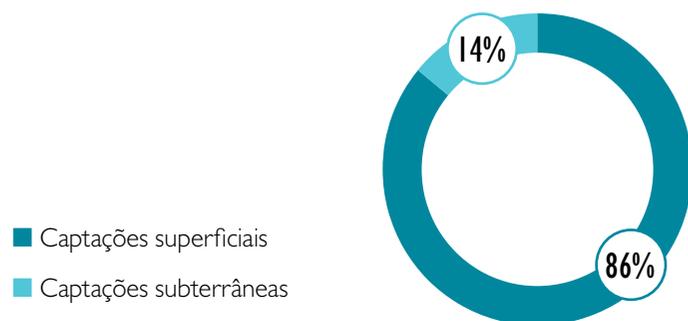
Em 2016 os Gases fluorado de efeito estufa (GFEE) reportados à APA foram de 898,25 kg

Os equipamentos que contêm estas substâncias foram alvo de planos de manutenção de prevenção e de controlo de fugas, contribuindo para prevenir a depleção da camada de ozono.

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA

### Água captada por fonte (EN8)

A LVT captou, em 2016, água para produção de água para consumo humano a partir de várias origens, concretamente 43 captações superficiais e 253 captações subterrâneas, isto é, 15% e 85%, das origens, respetivamente.



Quando associamos o volume extraído 53,3 Mm<sup>3</sup> a cada tipo de origem, a relação é inversamente proporcional, uma vez que 86% da água captada tem origem superficial e apenas 14% provém de captações subterrâneas.

Algumas das Captações superficiais possuem a respetiva exploração regulada por contratos de concessão, estabelecidos entre o Estado Português e a organização e algumas das subterrâneas, encontram-se licenciadas, sendo em 2016 foi captado

50% em captações licenciadas, um aumento de 1% relativamente ao ano anterior. A LVT tem vindo a envidar todos os esforços para a regularização da situação para a totalidade das captações.

## Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água (EN9)

A utilização de origens superficiais, com maior capacidade de extração, em detrimento das origens subterrâneas mantém-se como preocupação da organização, uma vez que assim são protegidos os aquíferos subterrâneos permitindo, assim, assegurar uma utilização mais sustentável, dos recursos hídricos.

Tendo em conta que não foi ultrapassado o limite máximo total de volume de captação de água, estabelecido nas várias licenças e Contratos de Concessão de captação, a LVT considera que estas não foram afetadas.

Do ponto de vista da atividade operacional e do sistema de abastecimento da LVT, o Balanço Hídrico de 2016 evidencia uma percentagem de 10,1%, de água não faturada, no total, englobando os sistemas de Produção e Transporte e de Distribuição, face à água captada (um aumento de 0,6%, face a 2015).

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA LVT		Consumo autorizado faturado		Água facturada		
		Consumo autorizado faturado	Consumo faturado medido (incluindo água exportada)	76 066 230	77 989 535	
Água Entrada no Sistema 81 556 322 [m <sup>3</sup> /ano]	Consumo autorizado	77 542 545	Consumo faturado não medido	94 251	Perdas Comerciais (água captada não faturada)	
		Consumo autorizado não faturado	1 382 064	Consumo não faturado medido		405 223
	Perdas aparentes		540 977	Consumo não faturado não medido		976 841
		Perdas de Água (água captada não fornecida) 4 013 777	Perdas reais	3 472 800		Uso não autorizado
	Perdas reais			3 472 800	Perdas de água por erros de medição	540 977
			Perdas reais	3 472 800	Perdas reais nas condutas de água bruta e no tratamento (quando aplicável)	1 358 348
				Perdas reais	3 472 800	Fugas nas condutas de adução e/ou distribuição
			Perdas reais		3 472 800	Fugas e extravasamentos nos reservatórios
	Perdas reais			3 472 800	Fugas nos ramais de ligação (a montante do ponto de medição)	0

## CONSUMO DE ÁGUA

O consumo de água, nas infraestruturas operacionais e administrativas, foi determinado com base nos valores apresentados nas faturas e, na ausência de faturação em estimativas ou contagens. Em 2016 foi identificado um valor de cerca de 272 mil m<sup>3</sup>, uma redução de 14%, face ao ano anterior. Este valor contabiliza, para além do consumo doméstico com origem na rede de distribuição, a água utilizada na preparação de reagentes, na lavagem de órgãos, das zonas envolventes e na rega de zonas verdes.



A LVT tem vindo a implementar medidas com o intuito de minimizar os consumos, nas várias instalações operacionais e administrativas, sendo que relativamente às primeiras, as referidas medidas são identificadas em capítulos anteriores.

No que diz respeito a edifícios administrativos, a LVT, recorre a:

- Sensibilização através de ajudas visuais com informação sobre boas práticas para a poupança da água, disponíveis nos locais de consumo;
- Existência de redutores de caudal, em vários locais (balneários e WC);
- Autoclismos com sistemas de poupança de água através de controlo de descargas;
- Existência, em alguns locais, de rede de água residual tratada para abastecimento dos WC (sanitas e urinóis), que se manteve desativada em 2016, a reavaliar a ativação, em 2017.

## ÁGUA RESIDUAL

Para além da captação, tratamento e adução de água para consumo humano, faz, também, parte da atividade desenvolvida, pela LVT, a recolha, tratamento e rejeição de água residual.

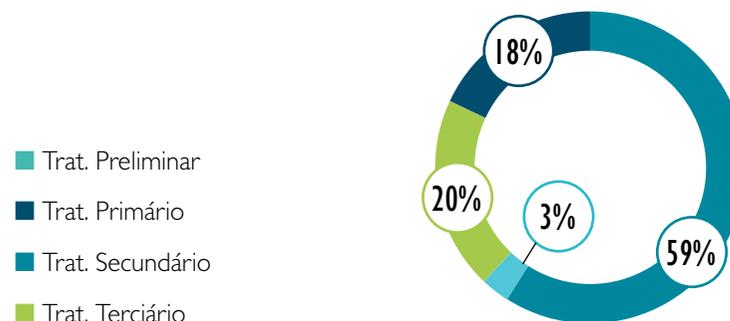
Em 2016 o volume de efluente tratado foi de 280 Mm<sup>3</sup> e o efluente rejeitado foi de 282 Mm<sup>3</sup>. A diferença deve-se a um volume de efluente já tratado que a organização apenas transporta.

As características do efluente à saída de cada uma das ETAR está condicionado pelo exigido na respetiva Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, que tem em conta o volume e as características de água residual, afluente à ETAR, bem como as especificidades do meio hídrico a que vai ser devolvida, já tratada.

### Água residual tratada, por tipo de tratamento e destino final (EN22)

Para atingir as características exigidas, na referida Licença, o tratamento poderá ser submetido a diferentes níveis de tratamento. Os valores obtidos em 2016 são muito próximos dos identificados em 2015, sendo que a maior diferença está associada ao tratamento preliminar que passou de zero a 3%. No ano em análise a maioria da água residual foi tratada com nível secundário (59%), sendo que 20%, desses, são submetidos a uma afinação com tratamento terciário. Os restantes 18% foram submetidos a tratamento primário.

### Água Residual Tratada por Tipo de Tratamento



No que se refere ao processo de desinfecção, é aplicado, por indicação da licença, independentemente do tipo de tratamento, a que o efluente foi submetido, imediatamente antes de ser rejeitado. Tendo em conta que o objetivo deste processo é a remoção de microrganismos para proteger o meio receptor, a jusante do ponto de descarga, a sua aplicação está estreitamente associada às respetivas características. Em 2016 a LVT procedeu à desinfecção de 30%, do total de água tratada, valor idêntico a 2015.

Tendo em conta o descrito, outro dado importante é a identificação dos meios recetores. São utilizados, pela LVT, três tipos de meios recetores, concretamente a linha de água, o mar e o solo, sendo que a grande maioria utiliza a primeira e a última tem uma expressão muito reduzida.

Os resultados obtidos em 2016 são da mesma ordem de grandeza dos do ano anterior.

Água Residual rejeitada por Meio Recetor



Ao nível do cumprimento da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de cada ETAR, verificou-se, durante o ano de 2016, uma taxa de cumprimento de 94%, uma redução de 3%, face à obtida em 2015.

### Água reciclada e reutilizada (EN10)

Em 2016 a LVT vendeu a terceiros e reutilizou, nas suas atividades, 4,0 Mm<sup>3</sup> de água originária nas atividades de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais, menos 15% que no ano anterior, conforme figura junta.

A água reutilizada, internamente, pela LVT, ao longo do processo existente nas Estações de Tratamento de Água para consumo Humano (ETA) e nas de Águas Tratamento de Águas Residuais (ETAR) resulta de boas práticas para conservação da água implementadas e que estão descritas, abaixo, considerando, entre outras, a recirculação dos efluentes da produção, com a respetiva reintrodução, no processo produtivo.

Assim, descrevem-se, de seguida práticas de redução, reciclagem, reutilização e recirculação de consumos de água, das instalações operacionais:

- As ETA estão dotadas de tratamento das águas de processo, permitindo recircular a água, à cabeça das mesmas e assim reduzir as perdas de água, no tratamento;
- Otimização da lavagem dos filtros, recirculação e recuperação de água de lavagem;

Água reutilizada por atividade



- Cedência de água para rega (após pareceres favoráveis das entidades competentes);
- Opção por arranjos exteriores que não requeiram rega (cobertura com casca de pinheiro ou brita), opção por plantas pouco exigentes em termos hídricos e instalação de sistemas de controlo de rega automático;
- Reutilização de água residual tratada para uso interno no recinto das instalações (ex. rega e lavagens de pavimentos e equipamentos, /órgãos de tratamento, utilização nas desodorizações, preparação de flocculantes e purificação de biogás).

De salientar que não são utilizadas estas práticas, na totalidade das instalações. A LVT objetiva a extensão das medidas sempre que se reúnam as condições necessárias, nas diferentes infraestruturas.

Existem, ainda, algumas Estações Elevatórias que são abastecidas com água residual tratada.

- No que se refere à água residual tratada vendida a terceiros tem como finalidade a utilização:
  - Municipal, para lavagem de ruas e contentores;
  - Privada para refrigeração ou aquecimento dos circuitos de climatização;
  - Privada para rega de espaços verdes e instalações sanitárias.

## PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

A LVT gera resíduos ao longo dos processos associados à sua atividade e, tendo em conta que não é possível evitá-los, a organização tem vindo a apostar em duas linhas de atuação, concretamente, na alteração de processos e aplicação de novas tecnologias, por forma a minimizar a sua produção e, em simultâneo promover a respetiva valorização, em detrimento da simples eliminação, aquando do destino final.

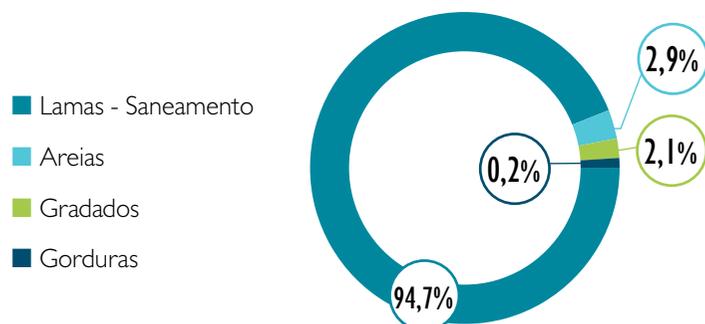
### Resíduos gerados e destino final (EN23)

Na atividade de abastecimento de água, para além de serem geradas lamas produzidas no processo de clarificação da água (resíduo presente em maior quantidade), que em 2016 totalizaram 4 131ton, mais 1%, que no ano anterior, pode ocorrer produção de areias, originadas na limpeza/renovação de areia nos filtros das ETA, sendo que no ano em análise, tal não aconteceu.

Relativamente ao destino final dos resíduos produzidos, verificou-se que a taxa de valorização foi de 81%, situação que deverá melhorar.

No que respeita à atividade de saneamento e, à semelhança do que foi descrito para a atividade de abastecimento, as lamas apresentam-se como o resíduo produzido em quantidade mais significativa, 94,7%, do total, sendo que no ano em análise foram geradas 1 86 591ton, um aumento de 8%, face a 2015. No mesmo período foram, também, produzidos gradados, areias e gorduras, conforme apresentado, na figura.

#### Resíduos de processo - Saneamento



100% das lamas foram valorizadas, tal como no ano anterior.

Contabilizando a totalidade de resíduos produzidos, ao longo do processo, no ano em análise, concretamente 201 087ton, foram valorizados 95%, o mesmo nível do ano anterior. Para a valorização contribuem, apenas parte das lamas de abastecimento e saneamento, uma vez que os gradados e areias são eliminados, através da deposição em aterro.

Para além dos resíduos de processo, a LVT produz outro tipo de resíduos, nomeadamente, papel e cartão, plástico, embalagens, equipamento elétrico e eletrónico, baterias, de laboratório, panos e absorventes contaminados, óleos/lubrificantes e material ferroso, entre outros. Em 2016 a produção totalizou 5 13,5ton, com enquadramento na classificação de perigosos e não perigosos, com a seguinte distribuição:

#### Resíduos produzidos por tipo e destino final



Os dados indicam que foram valorizados 93%, mais 11% que no ano anterior, sendo que a organização continua empenhada na redução da quantidade de resíduos produzidos e no aumento da percentagem de valorização.

### Número e volume total de derrames significativos (EN24)

Em 2016 ocorreram, na área de intervenção da LVT, três derrames de emergência, situação que foi comunicada à APA.

### Peso de resíduos transportados, importados, exportados e tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia (EN25)

Em 2016 não foram gerados resíduos perigosos, nos termos da Convenção de Basileia.

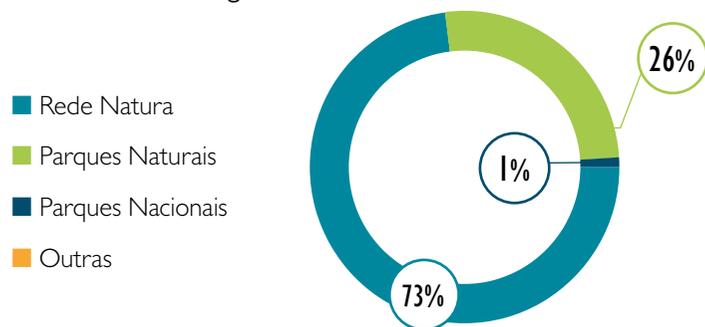
## BIODIVERSIDADE

### Localização e tamanho de áreas da empresa em áreas protegidas (EN11)

#### Descrição dos impactes significativos na biodiversidade, associados a atividades e/ou produtos e serviços em áreas protegidas (EN12)

A LVT intervém em áreas com elevada diversidade, uma vez que abrange zonas do litoral ao interior, com características urbanas e rurais, montanhosas e planas. Esta abrangência torna expetável que algumas das infraestruturas se encontrem localizadas em território protegido, o que se confirma para uma área de 69,1 ha, distribuídos de acordo com a figura, que se mantém, face ao ano anterior.

LVT - Áreas Protegidas



A LVT identifica os aspetos ambientais controláveis provenientes, diretamente da sua atividade (Captação de água, produção de efluentes líquidos, emissões gasosas, produção de resíduos, ruído, consumo de materiais, consumo de energia e consumo de água), tal como as situações de emergência, razoavelmente previsíveis.

- Diminuição/afetação dos recursos naturais;
- Afetação dos recursos hídricos/diminuição da qualidade do meio recetor;
- Afetação da qualidade do ar;
- Impactes indiretos associados à produção de resíduos;
- Impactes indiretos associados à produção de materiais, peças e outros consumíveis;
- Impactes indiretos associados à produção de energia elétrica;

- Impactes indiretos associados à produção de água.

De forma a minimizar os impactes provocados nos domínios relevantes: Ar, Água, Solo e Subsolo, Ruído e Recursos, que estão relacionados com a preservação da biodiversidade define medidas de controlo para:

- Fomentar utilização sustentável de materiais, peças e outros consumíveis;
- Gestão adequada de stocks de materiais e peças;
- Sensibilização, formação e comunicação de boas práticas, através de ajudas visuais e instruções de trabalho no âmbito do SRE.

Os principais impactos negativos poderão ocorrer aquando da construção de novos aproveitamentos para captação de água e construção de ETAR. Positivamente para além do abastecimento de água, quer em quantidade quer em qualidade, salienta-se a constante melhoria dos níveis de tratamento de águas residuais provocando melhorias significativas nas linhas de água.

#### Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas de água e drenagens realizadas (EN26)

A LVT objetiva níveis de cumprimento cada vez mais próximos de 100%. Assim, por forma a ultrapassar as questões identificadas é necessário incrementar, consideravelmente, o nível de controlo por forma a aumentar a eficácia na deteção das situações que provocam os incumprimentos, bem como atribuir responsabilidades. Nesse sentido e, para além de boas práticas que têm vindo a ser implementadas, a LVT encontra-se a desenvolver um projeto para monitorização dos meios recetores que se enquadram neste ponto.

#### Habitats protegidos ou restaurados (EN13)

Durante o ano de 2016 não foram desenvolvidas novas ações com objetivo de proteger ou restaurar habitats. Foi realizado o acompanhamento dos projetos implementados, em anos anteriores e que foram reportados no relatório de sustentabilidade referente ao ano de implementação, nomeadamente a Requalificação Dunar da Praia da Amieira e a recuperação da Zona Húmida da Lagoa Pequena, ambas no concelho de Sesimbra.

#### Espécies protegidas da Lista vermelha IUCN e nível de risco de extinção (EN14)

A Lista Vermelha das espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) avalia riscos de extinção das espécies florísticas e faunísticas, fornecem-

do informações diversas sobre as mesmas, nomeadamente, sobre a sua taxonomia, distribuição geográfica, populações, habitats e ecologia, principais ameaças e medidas de conservação aconselháveis.

Não foram realizados estudos sobre esta matéria, em 2016.

## CONFORMIDADE

### Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidades com leis e regulamentos ambientais (EN29)

Em 2016 não foram pagas coimas nem aplicada qualquer sanção.

### Total de custos em proteção ambiental (EN31)

Durante 2016 a LVT despendeu em atividades relacionadas com a proteção ambiental, aproximadamente 4,0 MEuros, um aumento de 10%, face a 2015, com praticamente a totalidade do valor, 99,5%, atribuída à gestão de resíduos e o restante (0,5%) ao seguro de Responsabilidade Ambiental.

Em 2015 foram atribuídos valores às parcelas respeitantes a auditorias ambientais (internas e externas) (0,3%) e formação /sensibilização ambiental (0,5%), associados a cada uma das ex-empresas (jan-jun 2015). Em 2016, os valores respeitantes às referidas parcelas foram considerados, na EPAL.



## 5.3 Indicadores de desempenho social

### PRÁTICAS LABORAIS - Emprego

#### Número total de trabalhadores e taxas de rotatividade e de novas contratações, por faixa etária e género (LAI)

Nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei nº 94/2015, de 29 de maio, a EPAL, no âmbito da gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, assumiu a posição contratual da sociedade LVT, nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal. Assim, a partir de julho, as trabalhadoras e trabalhadores, da LVT, ou seja, os trabalhadores originários das oito empresas agregadas, foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando, esta última, a contratar, em nome próprio, o pessoal necessário à gestão do sistema LVT.

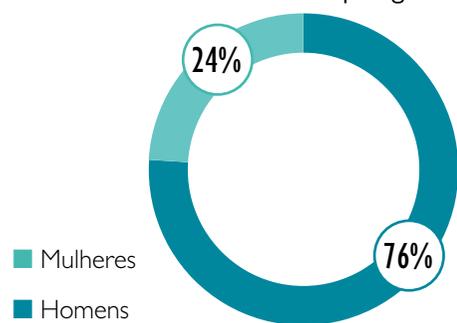
No final do ano de 2016, dos 1 467 trabalhadores, da EPAL, 820 estão associados à gestão delegada, da LVT.

Colaboradores EPAL associados à Gestão delegada da LVT	2015	2016
Mulheres	204	196
Homens	643	624
<b>Total</b>	<b>847</b>	<b>820</b>

De acordo com o indicado na tabela e figura, acima, a distribuição por género dos trabalhadores da empresa, demonstra uma preponderância do género masculino com 76%. A diferença apresentada, entre os dois géneros, resulta, principalmente, do predomínio de trabalhadores do sexo masculino em funções operacionais. Apesar da saída de trabalhadores, ao longo do ano, a distribuição por género não sofreu alteração, face a 2015.

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

Distribuição de Trabalhadores por género



#### Benefícios concedidos a trabalhadores a tempo inteiro não oferecidos a trabalhadores temporários ou em regime de meio período (LA2)

Os trabalhadores associados à gestão delegada da EPAL, possuem, para além dos benefícios previstos por lei, os seguintes, que se mantiveram relativamente ao ano anterior:

- Seguro de saúde, extensível ao agregado familiar, com as seguintes coberturas:

Coberturas	Valor (€)
Assistência Clínica em Regime Hospitalar	12.500,00
Parto, Cesariana, Interrupção Involuntária de Gravidez	1.500,00
Assistência Clínica em Regime Ambulatório	1.000,00
Estomatologia	500,00
Medicamentos	275,00
Próteses e Ortóteses	1.000,00

- O dia do aniversário;
- Seguro de vida;
- OTL/Empresa – destinados para os filhos dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, com atividades proporcionadas, durante uma semana, preenchida por Ações de Formação ministradas na Academia das Águas Livres e nas instalações da Asseiceira, beneficiando de refeições por cada dia efetivo de frequência da ação de formação e de uma bolsa no valor de 15€, por cada dia efetivo de participação no programa.

Os trabalhadores usufruem dos mesmos benefícios sociais, independentemente de se encontrarem na situação de efetivos ou de contrato a termo.

#### Taxa de regresso ao trabalho após licença de parentalidade, por género (LA3)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## PRÁTICAS LABORAIS - Relações Laborais

### Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais (LA4)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## PRÁTICAS LABORAIS - Segurança e Saúde no Trabalho

### Representação de trabalhadores em Comissões de Segurança (LA5)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

### Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades, por região e género (LA6)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

### Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais (LA7)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

### Tópicos de saúde e segurança abrangidos no acordo de empresa (LA8)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## PRÁTICAS LABORAIS - Formação e Educação

### Média de horas de formação por empregado, género e categoria profissional (LA9)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

### Programas para gestão de competências e formação contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gestão de fim da carreira (LA10)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

### Percentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por género e categoria profissional (LA11)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## PRÁTICAS LABORAIS - Diversidade e Igualdade de Oportunidades

### Composição dos grupos responsáveis pela governação corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade (LA12)

De acordo com o indicado, no ponto 3.4- Modelo de Governação e Organização, do presente relatório, o Conselho de Administração (CA) da LVT sofreu alterações a partir de 22 de junho de 2016. Até à referida data esteve em funções o CA eleito em 2015 que era constituído, em 43% , por mulheres, sendo que a totalidade dos administradores tinham entre 46 e 65 anos de idade, a partir de 22 de junho e, de acordo com o indicado no quadro, abaixo, a presença do género feminino foi reduzido para 14%, sendo que foi mantida a faixa etária, referida.

Conselho de Administração por Género e Faixa Etária	2015		2016	
	H	M	H	M
[46-55]	2	3	3	1
[56-65]	2	0	3	0
TOTAL	4	3	6	1

No que se refere a Diretores, tendo em conta que a estrutura organizacional definida é comum para a EPAL e para a LVT, a distribuição está apresentada no relatório de sustentabilidade da EPAL 2016.

## PRÁTICAS LABORAIS - Igualdade de remuneração entre homens e mulheres

### Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria profissional (LA13)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Investimento

Porcentagem e número total de contratos de investimento significativo que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos (HR1)

Todos os contratos, referentes a empreitadas e a prestação de serviços celebrados, em 2016, contemplaram disposições de salvaguarda e garantia de cumprimento da legislação laboral, de segurança e saúde dos trabalhadores e dos direitos humanos.

Total de horas de formação dos trabalhadores em políticas de direitos humanos e procedimentos relativos G4-HR2 - a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de trabalhadores formados (HR2)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Não Discriminação

Número total de incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas (HR3)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

Operações e fornecedores em que o direito de liberdade de associação e de negociação coletiva pode estar em risco significativo e medidas tomadas para apoiar esse direito (HR4)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Trabalho Infantil

Operações e fornecedores identificados com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e medidas tomadas (HR5)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Trabalho forçado ou análogo ao escravo

Operações e fornecedores identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas (HR6)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Práticas relativas a segurança

Porcentagem de trabalhadores da vigilância com formação em políticas e procedimentos relativos a direitos humanos relevantes para a atividade (HR7)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Avaliação de direitos humanos

Número total e percentagem de operações que foram sujeitas a revisão e avaliação de impacto quanto aos direitos humanos (HR9)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Avaliação de direitos humanos de fornecedores

Empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações referentes a direitos humanos (HR10)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## DIREITOS HUMANOS - Mecanismos para queixas sobre direitos humanos

Reclamações, relativas a direitos humanos, preenchidas, tratadas e resolvidas com recurso a mecanismos formais de queixa (HR12)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2016.

## SOCIEDADE - Comunidades Locais

Programas de envolvimento, avaliação de impacto e desenvolvimento local (SO1)

A LVT tem vindo a desenvolver Programas/Projetos que promovem o envolvimento da comunidade, proporcionando-lhe, para além do conhecimento da atividade da organização, contribuir para a melhoria significativa das condições de alguns locais, como por exemplo a Requalificação Dunar da Paria de Amieira ou o Projeto Rios, entre outros, que já foram descritos no último relatório.

Operações com impacto negativo significativo atual e potencial nas comunidades locais (SO2)

A empresa tem vindo a assegurar práticas que visam a minimização dos impactos ambientais e sociais negativos decorrentes da operação e manutenção das suas infraestruturas, nomeadamente:

- A reposição integral das condições existentes antes do início de obras, efetuando beneficiações na zona envolvente;
- Aviso antecipado aos clientes nas situações de suspensão programada do fornecimento de água;

- Resolução rápida de roturas e suspensões no abastecimento, mantendo canais de informação abertos;
- Resolução rápida de colapsos, em coletores e de descargas de emergência de água residual não tratada, em consonância com as autoridades competentes;
- Reuniões com as Entidades Gestoras da rede em “baixa” para articulação de eventual realização de obras ou suspensões no serviço, a essas entidades;
- Reuniões de esclarecimento acerca das obras que estão previstas;
- Organização de visitas, às instalações, dedicadas à comunidade, em geral.

## SOCIEDADE - Combate à corrupção

Percentagem e número total de operações submetidas a avaliações de riscos de corrupção e riscos significativos identificados (SO3)

Em 2016 não foram realizadas monitorizações específicas relacionadas com o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Comunicação e formação em políticas e procedimentos anticorrupção (SO4)

Em 2016 não se realizaram ações de formação específicas em políticas, práticas e procedimentos anticorrupção.

Existem, no entanto, outros mecanismos implementados, na organização, concretamente:

- Código de Conduta e Ética;
- Certificação Legal das Contas (Ernst & Young);
- Aprovação do Relatório do Governo Societário, pela AG;
- Auditoria da Qualidade do Serviço (ERSAR);
- Auditoria SRE (qualidade, ambiente, segurança e energia) pela Entidade Certificadora, APCER;
- Auditoria de Verificação da Conformidade Legal;

- Inspeção por Entidades Externas (Câmara Municipal de Lisboa e SIMAS - Loures).

## Incidentes de corrupção confirmados e medidas tomadas (SO5)

Não foram detetadas quaisquer situações relativas a casos de corrupção em 2016.

## SOCIEDADE - Políticas Públicas

### Ações legais por concorrência desleal, práticas de trust e monopolistas e seus resultados (SO7)

Não se registaram em 2016 ações legais, queixas ou reclamações, por comportamento anti concorrencial e práticas antimonopolistas.

## SOCIEDADE - Conformidade

### Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos (SO8)

Em 2016, não foram registadas quaisquer multas significativas ou sanções não monetárias resultantes de não conformidades com leis e regulamentos.

## RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Saúde e Segurança do Cliente

### Produtos e serviços significativos com avaliação de risco para a segurança e saúde no trabalho realizadas (PR1)

Para além dos produtos finais água para consumo humano e água residual tratada, resultantes das atividades core, existem outras fases do serviço com impacto na comunidade. Assim, no âmbito da implementação do sistema de gestão de SST, foram desenvolvidas matrizes de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR), aplicadas às diversas Infraestruturas, no âmbito da Certificação. As referidas matrizes contêm uma avaliação, dessa situação, na saúde e segurança, bem como as medidas para a sua minimização ou eliminação.

## Casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com os impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida (PR2)

A LVT controlou a Qualidade da Água para Consumo Humano de acordo com o estabelecido no PCQA de 2016, aprovado pela ERSAR. Foi realizada a totalidade dos controlos, previstos, sendo que se verificou o cumprimento dos Valores Limite de Emissão, em 99,9%, dos casos, valor idêntico ao de 2015.

No que se refere aos incumprimentos foram comunicados, conforme exigido legalmente, à entidade reguladora (ERSAR), às entidades gestoras da rede em baixa e à autoridade de saúde.

No que se refere à atividade de saneamento, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo dispõe, de diversos laboratórios, concretamente, duas unidades Laboratoriais, nas ETAR de Beirolos e de Frielas, acreditadas, pelo IPAC, para águas residuais e lamas em ensaios de química e microbiologia e vários laboratórios de processo, noutras instalações.

Ainda assim, as referidas unidades laboratoriais desenvolveram trabalho, essencialmente, no âmbito do cumprimento dos planos analíticos necessários à gestão das ETAR da região de Lisboa. Deu-se igualmente resposta a outras solicitações extra, decorrentes da monitorização de descargas atípicas, da otimização do controlo de processo e ainda campanhas de caracterização resultantes de necessidades específicas. Pelo exposto, para dar resposta às necessidades das instalações das restantes regiões foi necessário recorrer a laboratórios externos.

Globalmente e, de acordo com os resultados analíticos obtidos no cumprimento das licenças de utilização do meio hídrico, a população servida com tratamento satisfatório atingiu os 3 196 499 habitantes equivalentes, correspondendo a 94% do total, uma redução de 3%, relativamente ao ano anterior.

## RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Rotulagem de Produtos e Serviços

### Informação sobre produtos e serviços exigida referente a informação e rotulagem de produtos e serviços (PR3)

Atendendo aos produtos que fornece – água para consumo humano e água residual tratada, a organização está sujeita à implementação de um rigoroso plano de monitorização da qualidade da água e à divulgação obrigatória dos resultados obtidos.

Em 2016 foram feitas comunicações às entidades competentes, de acordo com a periodicidade estabelecida.

## Casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultados (PR4)

Não há registo de casos de não conformidade relativamente à divulgação de informação sobre a qualidade e características dos produtos fornecidos pela LVT.

## Resultados de Avaliação de Satisfação de Clientes (PR5)

As empresas agregadas LVT aplicavam, embora com periodicidades diferentes, inquéritos à Satisfação dos seus Clientes, confirmando, assim, a implementação de ferramentas e instrumentos que permitem a obtenção de resultados.

Em 2014, todas as Empresas concretizaram a auscultação aos seus Clientes, evidenciando a relevância da avaliação destas partes interessadas, para a Gestão.

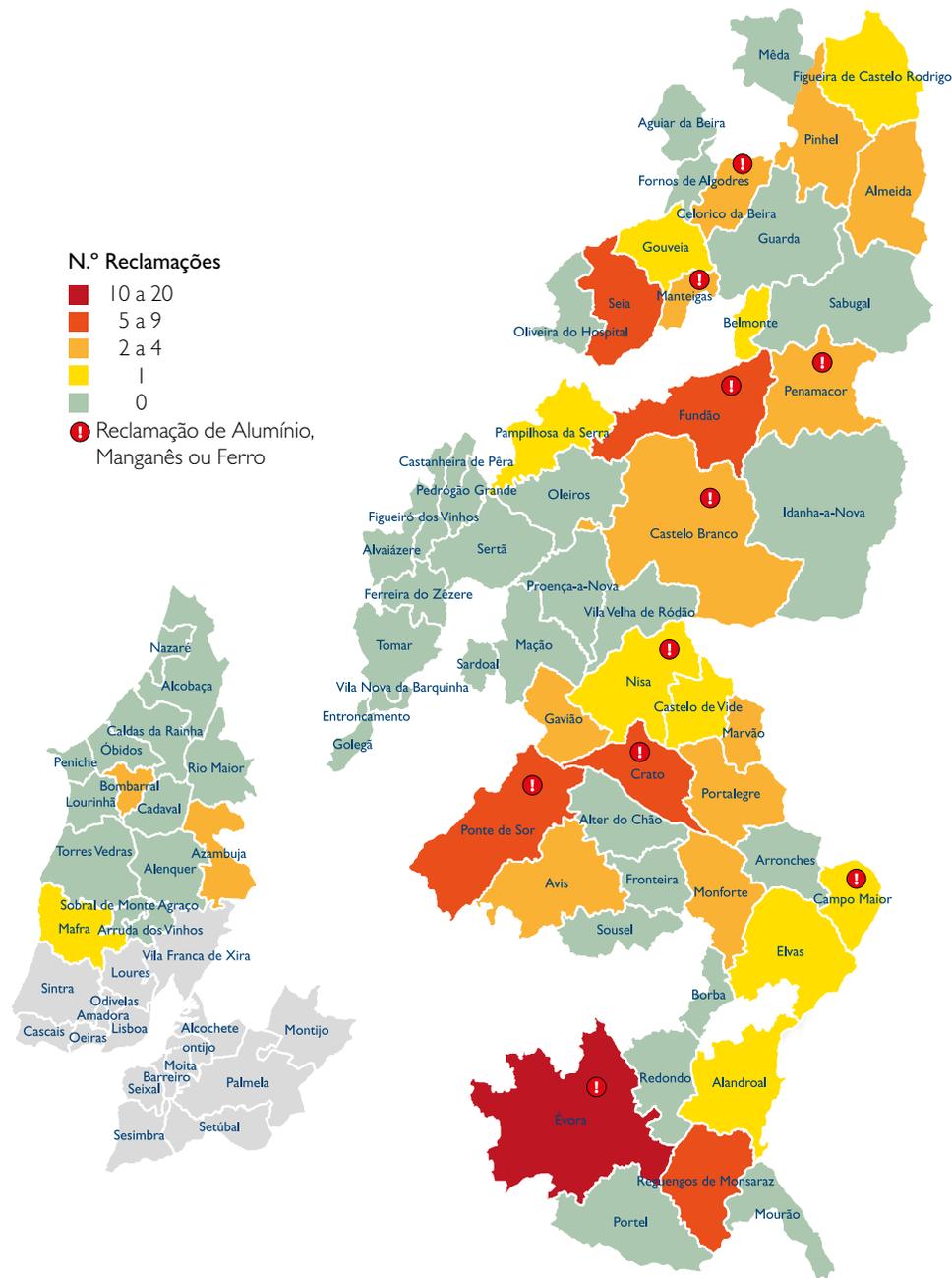
No ano de 2015, com a reestruturação, foi necessário focar a gestão na reorganização das empresas do setor, pelo que não foram efetuados inquéritos, até porque os resultados poderiam, de certa forma, desfocar do essencial. Optou-se por priorizar outras componentes críticas, da satisfação de Clientes, com especial relevo no que toca à Gestão de Reclamações das empresas agregadas, tendo sido implementada uma metodologia que define, sistematiza e gere, de forma integrada, as reclamações da LVT permitindo dispor de um sistema de tratamento de reclamações global.

Em 2016, feita a reestruturação, verifica-se a necessidade de consolidação da operação, pelo que também este ano, o foco manter-se-á, nesta atividade. Encontram-se reunidas as condições até ao final de 2016 para iniciar a preparação de uma metodologia de avaliação da satisfação dos clientes integradora, que consiga dar resposta às necessidades de auscultação e avaliação da opinião dos Clientes, face aos diferentes serviços prestados, pelo que deverá ser implementada, de forma coerente e sistematizada, apenas, em 2017.

Relativamente a reclamações foi recebido, em 2016, um total de 256, tendo sido dada uma resposta concreta ao reclamante e dentro do tempo previsto, em todas as situações, uma melhoria face a 2015. Por forma a identificar a origem das reclamações são apresentadas, em seguida, figuras com a respetiva distribuição geográfica na área de intervenção da LVT.

## Abastecimento

Tal como no ano de anterior, em 2016 a maioria das reclamações associadas à atividade de abastecimento, está relacionada com a qualidade da água. Destacam-se, dentro destas, as questões relacionadas com o cloro.



## Saneamento

Em 2016, na atividade de saneamento, as reclamações recaíram, em maior número, nos temas Odores e Descargas de Águas Residuais, diferentes do ano anterior (obras),

## RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Comunicação e Marketing

### Venda de produtos proibidos ou contestados (PR6)

Não houve em 2016 venda de quaisquer produtos proibidos ou contestados.

### Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado (PR7)

Não há registo em 2016 de quais quer inconformidades relativas a legislação aplicável nas vertentes de marketing ou de publicidade.

## RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Privacidade do cliente

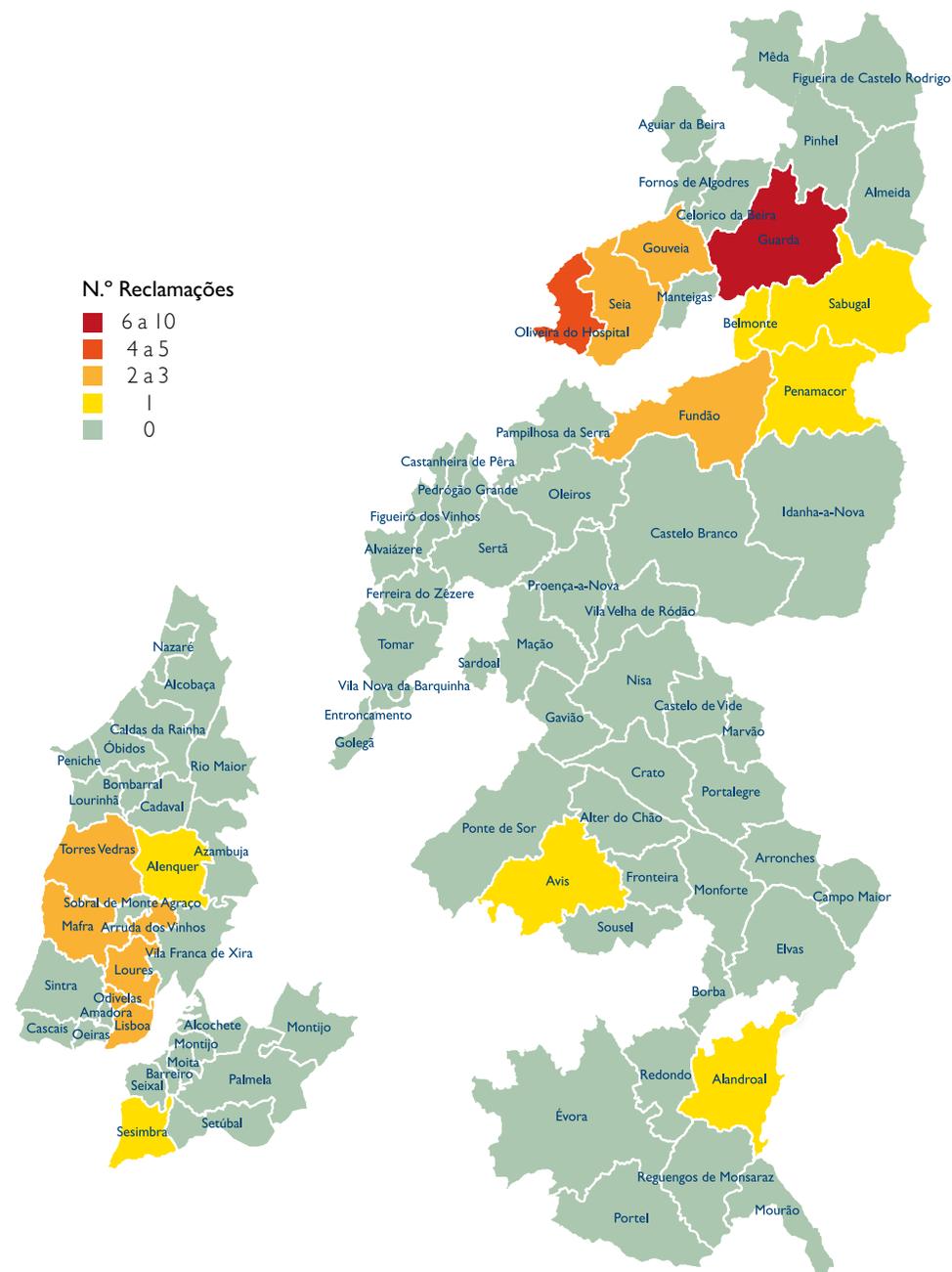
### Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes (PR8)

Não há registo de qualquer reclamação referente a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

## RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Conformidade

### Valor monetário de multas significativas de não conformidades com leis relativas à provisão e uso de produtos (PR9)

Não foram registadas quaisquer multas relativas a não conformidades sob provisão e uso de produtos.





# ÍNDICE GRI 4

DIRETRIZES GRI	TÓPICO	Página
<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>		
G4-I	Mensagem do Presidente	6
<b>PERFIL DO RELATÓRIO</b>		
G4-28	Período coberto pelo relatório	8
G4-29	Data do relatório anterior	8
G4-22	Continuidade de informação constante em relatórios anteriores	8
G4-23	Mudanças significativas em comparação com períodos anteriores	8
G4-30	Ciclo de emissão de relatórios	8
G4-31	Contacto em caso de dúvidas	8
G4-32	Reportar a opção 'in accordance' escolhida pela empresa	8
G4-33	Verificação externa do relatório	8
<b>PERFIL DA ORGANIZAÇÃO</b>		
G4-3	Nome	8; 10;16
G4-4	Principais marcas, produtos e serviços	10; 16
G4-5	Localização	17
G4-6	Países em que está presente	17
G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica de organização	10; 16
G4-8	Mercados servidos (discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	10; 16-18
G4-9	Dimensão	15-18;31;63-64
G4-10	Número total de empregados contratados por género	8;15;16;22;23;58
G4-11	Porcentagem de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	60
G4-12	Descrição da cadeia de fornecedores da empresa	18
G4-13	Mudanças significativas durante o período coberto pelo relatório	6;13-14;16;19-20
G4-14	Explicação de como a organização aplica o princípio da precaução	19-29
G4-15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a LVT subscreve ou endossa	25
G4-16	Associações e/ou organismos nacionais / internacionais de defesa em que a LVT participa	25
<b>GOVERNANÇA</b>		
G4-34	Estrutura de governação da organização	19-26
G4-35	Delegação de autoridades/competências para aspetos económicos, ambientais e sociais	21
G4-36	Responsável para aspetos económicos, ambientais e sociais	21-22
G4-37	Processo de consulta às partes interessadas	30-36

DIRETRIZES GRI	TÓPICO	Página
G4-38	Composição do modelo de governação da organização	19-23
G4-39	Indicação caso o presidente do Conselho de Administração também seja um diretor executivo	n.a.
G4-40	Processo e critérios de seleção e nomeação da Gestão de topo	22
G4-41	Prevenção de conflito de interesses	22-23;25;40
G4-42	Papel da Gestão de topo na implementação e desenvolvimento da missão, estratégia, política e objetivos dos aspetos económicos, ambientais e sociais	23-24
G4-43	Medidas adotadas para consolidar o conhecimento dos aspetos económicos, ambientais e sociais da empresa pela Gestão de topo	30-40
G4-44	Avaliação do desempenho da Gestão de topo relativamente aos aspetos económicos, ambientais e sociais	15; 23-24
G4-45	Papel da Gestão de topo na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades relativos a aspetos e exigências legais, económicos, ambientais e sociais	23-24;28-29
G4-46	Revisão pela Gestão de topo da eficácia dos processos de gestão de riscos económicos, ambientais e sociais	23-24;28-29
G4-47	Frequência da revisão dos processos de gestão de impactos, riscos e oportunidades relativos a aspetos económicos, ambientais e sociais	28-29
G4-48	Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável / Conselho de Impacto Ambiental	n.a.
G4-49	Processo de comunicação à Gestão de topo de preocupações críticas	23
G4-50	Reportar a natureza e número de preocupações críticas comunicadas à Gestão de topo e mecanismos utilizados para a sua resolução	23
G4-51	Política de remuneração da Gestão de topo	20;24
G4-52	Processo de definição de remunerações	23
<b>ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b>		
G4-53	Como as partes interessadas são ouvidas quanto a políticas remuneratórias	23
G4-2	Principais Riscos, Impactos e Oportunidades	28-29;31;39-40
G4-24	Lista de Partes Interessadas	30
G4-25	Base para a identificação e seleção de partes interessadas com os quais a organização se relaciona	30
G4-26	Abordagens para a interação com as partes interessadas	31
G4-27	Principais temas e preocupações as partes interessadas e medidas adotadas	31-38
G4-17	Informação económico-financeira consolidada	33
G4-18	Explicação do modo de definição do conteúdo do relatório e limites ou fronteiras dos Aspetos	10;32-33;39-40
G4-19	Aspetos considerados materiais na definição do conteúdo do Relatório	32-33;39-40
G4-20	Materialidade e respetivas fronteiras - partes interessadas internas	30-40
G4-21	Materialidade e respetivas fronteiras - partes interessadas externas	30-40
<b>FORMA DE GESTÃO</b>		
G4 - DMA		11-12; 21;22-26; 28-29

SUBCATEGORIA	ASPETO		Página	INDICADORES (Categoria)
	Desempenho económico	<b>G4-EC1</b>	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos	42
	Desempenho económico	<b>G4-EC2</b>	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	43
	Desempenho económico	<b>G4-EC3</b>	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	44
	Desempenho económico	<b>G4-EC4</b>	Ajuda financeira significativa recebida do governo	44
	Presença no Mercado	<b>G4-EC5</b>	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	44
	Presença no Mercado	<b>G4-EC6</b>	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	44
	"Impactos Económicos	<b>G4-EC7</b>	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio do relacionamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	44
	"Impactos Económicos	<b>G4-EC8</b>	Identificação e descrição de impactes económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	44
	Práticas de Compra	<b>G4-EC9</b>	Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	44

5.1 Indicadores de Desempenho Económico

SUBCATEGORIA	ASPETO		Página	INDICADORES (Categoria)
	Materiais	G4-EN1	Materiais usados	46
	Materiais	G4-EN2	Materiais usados provenientes de reciclagem	46
	Energia	G4-EN3	Consumo de energia direta, segmentado por fonte de energia primária	47
	Energia	G4-EN4	Consumo de energia indireta, segmentado por fonte de energia primária	48
	Energia	G4-EN5	Intensidade energética	48
	Energia	G4-EN6	Iniciativas para redução do consumo energético	48
	Energia	G4-EN7	Medidas adotadas para redução energética de produtos e serviços	n.a.
	Água	G4-EN8	Água captada por fonte	52
	Água	G4-EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água	52
	Água	G4-EN10	Água reciclada e reutilizada	54
	Biodiversidade	G4-EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada, dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	56
	Biodiversidade	G4-EN12	Descrição dos impactes significativos na biodiversidade, associados a atividades e/ou produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	56
	Biodiversidade	G4-EN13	Habitats protegidos ou restaurados	56
	Biodiversidade	G4-EN14	Espécies protegidas da Lista vermelha IUCN e nível de risco de extinção	56
	Emissões GEE	G4-EN15	Total de emissões diretas de gases com efeito de estufa (âmbito 1)	50
	Emissões GEE	G4-EN16	Total de emissões indiretas de gases com efeito de estufa (âmbito 2)	51
	Emissões GEE	G4-EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa (âmbito 3)	51
	Emissões GEE	G4-EN18	Intensidade das emissões de gases com efeitos de estufa	51
	Emissões GEE	G4-EN19	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e as reduções obtidas	51
	Emissões GEE	G4-EN20	Emissões de substâncias depletoras da camada de ozono	
	Efluentes e Resíduos	G4-EN22	Descarga de águas residuais	52
	Efluentes e Resíduos	G4-EN23	Resíduos gerados e destino final	53
	Efluentes e Resíduos	G4-EN24	Número e volume total de derrames significativos	55

5.2 Indicadores de Desempenho Ambiental

SUBCATEGORIA	ASPETO		Página	INDICADORES (Categoria)
	Efluentes e Resíduos	G4-EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados e tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – anexos I, II, III, VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	55
	Efluentes e Resíduos	G4-EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas de água e drenagens realizadas pela organização	56
	Produtos e Serviços	G4-EN27	Iniciativas para Mitigação de Impactos Ambientais	Ao longo do capítulo
	Conformidade	G4-EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidades com leis e regulamentos ambientais	57
	Generalidades	G4-EN31	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por Tipo	57

5.2 Indicadores de Desempenho Ambiental

SUBCATEGORIA	ASPETO			Página	INDICADORES (Categoria)
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Emprego	G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e de rotatividade, por faixa etária, género e região	58	5.3 Indicadores de Desempenho Social
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Emprego	G4-LA2	Benefícios concedidos a trabalhadores a tempo inteiro não oferecidos a trabalhadores temporários ou em regime de meio período	58	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Emprego	G4-LA3	Taxa de regresso ao trabalho após licença de parentalidade, por género	58	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Relações Laborais	G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA5	Percentagem de trabalhadores representados em Comissões de Segurança	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA6	Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades, por região e género	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA7	Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA8	Tópicos de saúde e segurança abrangidos no acordo de empresa	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Formação e Educação	G4-LA9	Média de horas de formação por empregado, género e categoria profissional	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Formação e Educação	G4-LA10	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerir o fim da carreira	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Formação e Educação	G4-LA11	Percentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por género e categoria profissional	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governação corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	59	
Práticas Laborais e Trabalho Decente	Igualdade de remuneração entre homens e mulheres	G4-LA13	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	59	
Direitos Humanos	Investimento	G4-HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativo que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	60	

SUBCATEGORIA	ASPETO		Página	INDICADORES (Categoria)
Direitos Humanos	Investimento	G4-HR2	Total de horas de formação dos trabalhadores em políticas de direitos humanos e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de trabalhadores formados	60
Direitos Humanos	Não Discriminação	G4-HR3	Número total de incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	60
Direitos Humanos	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	G4-HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e de negociação coletiva pode estar a correr um risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	60
Direitos Humanos	Trabalho Infantil	G4-HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	60
Direitos Humanos	Práticas relativas a segurança	G4-HR7	Percentagem de trabalhadores da vigilância com formação em políticas e procedimentos relativos a direitos humanos relevantes para a atividade	60
Direitos Humanos	Direitos Humanos - Avaliação de direitos humanos	G4-HR9	Número total e percentagem de operações que foram sujeitas a revisão e avaliação de impacto quanto aos direitos humanos	60
Direitos Humanos	Avaliação de direitos humanos de fornecedores	G4-HR10	Percentagem e número total de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	61
Direitos Humanos	Mecanismos para queixas sobre direitos humanos	G4-HR12	Número de reclamações relativas a direitos humanos preenchidas, tratadas e resolvidas com recurso a mecanismos formais de queixa	61
Sociedade	Comunidades Locais	G4-SO1	Percentagem de operações com programas de envolvimento, avaliação de impacto e desenvolvimento local	61
Sociedade	Comunidades Locais	G4-SO2	Operações com impacto negativo significativo atual e potencial nas comunidades locais	61
Sociedade	Combate à Corrupção	G4-SO3	Percentagem e número total de operações submetidas a avaliações de riscos de corrupção e riscos significativos identificados	61
Sociedade	Combate à Corrupção	G4-SO4	Comunicação e formação em políticas e procedimentos anti-corrupção	61
Sociedade	Combate à Corrupção	G4-SO5	Incidentes de corrupção confirmados e medidas tomadas	62

5.3 Indicadores de Desempenho Social

SUBCATEGORIA	ASPETO			Página	INDICADORES (Categoria)
Sociedade	Concorrência desleal	G4-SO7	Número total de ações legais por concorrência desleal, práticas de trust e monopolistas e seus resultados	62	
Sociedade	Conformidade	G4-SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos	62	
Responsabilidade pelo Produto	Saúde e Segurança do Cliente	G4-PR1	Percentagem de produtos e serviços significativos com avaliação de riscos relativas à segurança e saúde no trabalho realizadas	62	
Responsabilidade pelo Produto	Saúde e Segurança do Cliente	G4-PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado	62	
Responsabilidade pelo Produto	Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos referentes a informação e rotulagem de produtos e serviços e percentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências	62	
Responsabilidade pelo Produto	Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultados	63	
Responsabilidade pelo Produto	Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR5	Resultados de Avaliação de Satisfação de Clientes	63	
Responsabilidade pelo Produto	Comunicação e Marketing	G4-PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados	64	
Responsabilidade pelo Produto	Comunicação e Marketing	G4-PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	64	
Responsabilidade pelo Produto	Privacidade do cliente	G4-PR8	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	64	
Responsabilidade pelo Produto	Conformidade	G4-PR9	Valor monetário de multas significativas de não conformidades com leis relativas à provisão e uso de produtos e serviços	64	



**Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.**

Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, nº 21, R/C • 6300-693 Guarda • Portugal

tel: ++351 271 225 317

Email: [geral.lvt@adp.pt](mailto:geral.lvt@adp.pt) | Site: [www.adlvt.pt](http://www.adlvt.pt)